

SESSÕES DO PLENÁRIO

47ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 17 de maio de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 04, 05, 18, 19 e 20/04/2016

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o Inciso II, Artigo 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar projeto do Decreto Legislativo nº 2.505/2016”*, a partir das 17 horas.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Sandro de Oliveira Régis.

A Srª Fabíola Mansur:- Presidente, questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, gostaria de saber de V.Exª como é que está a pauta de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Está aqui o projeto de Decreto Legislativo nº 2.505/2016. É o que temos, Sr. Deputado Sandra Régis, Líder da Oposição.

A Srª Fabíola Mansur:- Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Srª Fabíola Mansur:- É, na verdade, para comunicar o falecimento de um colega desta Casa, Sr. José de Carvalho Lins, da Diretoria Administrativa, cujo enterro é hoje. Dizer que esse colega, que trabalhava há anos nesta Casa, e a sua família têm a nossa solidariedade. Uma pessoa que andava por esses corredores na semana passada.

Então, fica aí a solidariedade à família do nosso querido José Lins, que Deus o conduza e o tenha. Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Feito o registro, faço das suas palavras as nossas palavras. V.Exª fala em nome da Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, excelentíssimos senhores e excelentíssimas senhoras das Galerias, excelentíssimos, porque eu estou aqui pelo voto de vocês. Aliás, para qualquer pessoa ser nomeada no Estado, seja governador ou presidente, precisa do voto do povo. Portanto, para mim, o povo sempre será mais excelente do que aqueles que se acham excelentes, o que não é o meu caso.

A Bíblia diz: “Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.” Então, aproveito, inclusive, para parabenizar o pessoal aguerrido das Galerias, homens e mulheres que estão lutando pelos seus direitos. Quero dizer a vocês que já fiz contato com algumas autoridades, principalmente com o governador, sobre a necessidade de ouvi-los, que é o mínimo que se pode fazer, ainda mais que para tudo

tem acerto.

Quero aproveitar para pedir ao presidente Marcelo Nilo que peça ao deputado Zé Neto e também ao deputado Sandro Régis, da Oposição, e a todos os colegas, que montemos uma comissão para podermos tratar do assunto dos agentes penitenciários já concursados, desde 2014. Acho que não é nada demais, onde tem conversa tem acerto e se acha a solução. O governador tem sido um homem muito sério e digno, um homem do diálogo, e não poderá faltar diálogo, logo para esses pais de família que estão acampados aí deixando as suas famílias, lutando pelos seus direitos. (Palmas)

Como eu conheço o republicanismo do governador Rui Costa, peço que esta Casa monte uma comissão de deputados composta por membros indicados pelo presidente da Casa, por Zé Neto, pelos deputados de Oposição, porque aquilo ali é uma questão de direito. Então, convoco os deputados.

Meus senhores, o jornal *A Tarde* de hoje fala do rebu governista e embaixo diz que é um problema federal. O problema que estou passando nesta Casa me honra, porque estou enfrentando adversários que, inclusive, tem horas que não sei quem são: se são homens, se são mulheres. Embora seja um corpo físico, eu não sei o que é.

É pior do que trabalhar com vodu. Eu já fui, também, do terreiro e conheço o que é isso. É difícil. Você não sabe com quem você está lidando, qual é o espírito: se é Ogun, se é Yansã, se é Yemanjá... Você tem de conhecer disso pra poder tratar disso. Como eu já passei por lá, eu sou um homem experimentado...

Mas eu queria dar uma resposta aqui. Eu não sei se o deputado Rosemberg tentou dizer que eu tenho de baixar o tom. Eu quero dizer que, se foi essa a intenção do deputado Rosemberg de dizer que eu tenho de baixar o tom, primeiro ele tem de me respeitar, porque eu sou um pai de 7 filhos. Eu sou pai de 7 filhos, eu tenho 7 netos!

Aí ele fala, aqui, por eu ter dado um beijo na genitália de minha mãe... Olhem o vídeo! No Dia das Mães – olhem o contexto, eu apenas brinco com minha mãe, tiro uma pitada e, é claro, agradeço: “Obrigado pela senhora não ser sapatão.” E agradeço no mundo inteiro, porque, se ela fosse sapatão, eu não estaria aqui, porque mulher com mulher não faz filho! Homem com homem não faz filho! Então, é claro que eu tenho de agradecer a Deus por aquela genitália santa!

Domingo agora, na presença de 4 mil homens e mulheres de bem, honrados... Eu falei homens e mulheres, que sabem o que são – eu sou homem, eu sou mulher -, porque tem gente que não está sabendo o que é... Já que diz que vai caçar o meu mandato... Imagine, um mandato que o povo me deu com quase 130 mil votos, e não foi por palhaçada! (Palmas) Eu não fui eleito por palhaçada, não! Eu tenho calo nas mãos, eu tenho trabalho prestado neste estado. Enfrentei o carlismo no tempo do fuzil, com ameaças de morte. Eu tenho um trabalho prestado, e o mandato não é meu, o mandato é de Jesus e do povo da Bahia, que me botou como o segundo mais votado do estado e o primeiro de Salvador! (Palmas)

Para cassar o meu mandato, eu teria de ter cortado alguém de motosserra.

O deputado Rosemberg não tem de mandar eu abaixar o tom, não! Eu respeito o governador Rui Costa, mas o que essa gente... Eu respeito e não pode ser diferente...

O Sr. Presidente (Carlos Geilson):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Eu estou no PDT e duvido que o presidente Lupi e Félix Mendonça vão se agachar...

O Sr. Presidente (Carlos Geilson):- O.k., deputado Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- (...) ao grupo que quer fazer as suas coisas inconfessáveis e bulir com um homem como eu.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Já que iam me cassar, eu tirei uma pitada da minha mãe, dos meus 7 irmãos, dos meus 7 filhos, dos meus 7 netos...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora, pelo menos o tempo de V.Ex^a eu vou ter de cassar se continuar...

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO: Deus abençoe a todos. Vamos continuar lutando. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputadas, membros das Galerias, agentes que aqui nos visitam, hoje falei há pouco do luto pelo nosso funcionário e quero, aqui, registrar também o luto, nos céus da arte baiana, pela morte de Sante Scaldaferrì. Vamos colocar o nosso luto e encaminhar o nosso discurso para registro desta Casa.

Mas eu decidi mudar um pouco o caminho das coisas, porque eu não vi ninguém falar aqui dos 4 assassinatos de mulheres nessa última semana: o da professora Sandra Denise, aqui, numa escola municipal; Jéssica, em Vitória da Conquista; Martinha, em Monte Santo; Carol, em Camaçari. Enfim, violência, feminicídio, preconceito e violência de gênero, estes, presidente Carlos Geilson, que preside esta sessão, que produzem vítimas.

Hoje, inclusive, Deputado José Raimundo, é Dia Mundial de Combate à Homofobia. É uma infelicidade ver que nesta Casa temos, deputado Joseildo, um deputado homofóbico, que, se não sabe a diferença entre seres humanos, deveria saber a diferença entre o que é racional e irracional.

Há alguns comentários que ele faz aqui de uma irracionalidade, de um atraso, de um fundamentalismo, de um conservadorismo que nada justifica, deputado Euclides. Aqui não está se dimensionando votos, porque todos temos a mesma

representatividade. Dia 15 de maio se comemorou o Dia Internacional das Famílias, as quais acreditamos que são baseadas na dignidade humana e no amor, como vínculo fundamental. Não são as famílias que usam de preconceito para restringir direitos de outros. Esses não podem, realmente, estar, aqui, nesta Casa, fazendo determinados diálogos provocatórios na tentativa de levar votos.

Ora, um deputado que se preze, um deputado racional faz aqui o combate das ideias, garantindo direitos constitucionais e não instigando o ódio, a discriminação, de forma prepotente. Eu não tenho calos nas mãos, de fato as minhas mãos foram usadas na minha profissão, como médica, para operar mais de 20 mil pessoas, para fazer dezenas de campanhas de combate e prevenção da cegueira pelo SUS.

Também não tenho, aqui, um convênio com o governo do Estado. Se há um convênio de uma referida fundação de R\$ 11 milhões, é lógico que se tem de trabalhar para fazer esse combate. Mas nada dá o direito – independente de nossas ideias – de praticar homofobia, violência de gênero ou de desqualificar a mulher. Foi isso que aconteceu com o vídeo que foi encaminhado à Mesa Diretora e à Presidência, para cobrar o artigo 3º, de deveres fundamentais de um deputado, que são os de zelar pelo prestígio desta Casa e de respeitar os cidadãos.

Não responderei ao deputado que me antecedeu, aqui, na tribuna, porque a resposta a ele virá do Conselho de Ética. Não importa ter recebido 1, 200 ou 300 mil votos; pois nós temos a Constituição Federal, a Constituição Estadual e o Regimento Interno desta Casa. A isso cabe o respeito.

Eu respeito Deus. Sou católica, mas a minha religião, presidente, é aquela que ama ao seu próximo como ama a si mesma. A minha religião e a do Papa Francisco não é aquela que restringe direitos e coloca pessoas vítimas de crimes homofóbicos, vítimas de feminicídio, deputado Pablo, como as 4 mulheres que foram vitimadas. E os que tentam inviabilizar, retirando palavras “gênero” e “sexualidade” do Plano Estadual de Educação, como se tabu fosse...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputada.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Já concluindo... Para tirar da discussão.

Quero dizer que esta Casa precisa ser respeitada assim como a Constituição. Estamos cansados desses discursos conservadores, que não zelam pelo prestígio, pelo contrário, envergonham esta Casa. Então, no Dia Mundial de Combate à Homofobia, quero dizer que esse deputado envergonha esta Casa, envergonha por não zelar pelo prestígio dela. Ele merece um processo no Conselho de Ética.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas, deputados e deputadas, presentes nas Galerias Paulo Jackson, corpo técnico, os que nos assistem

pela *TV Assembleia* quero manifestar os meus cumprimentos, os meus parabéns ao governador Rui Costa por esse grande esforço que vem fazendo para melhorar as condições institucionais e gerências, no sentido de dotar a nossa segurança pública de melhores condições de funcionamento.

Estivemos, recentemente, em Feira de Santana, e lá o governador entregou para o Comando Militar da Região uma quantidade expressiva de equipamentos, principalmente de viaturas da Polícia Militar. O mesmo ato se repetiu aqui na Região Metropolitana. Todo o Estado da Bahia e toda região está se preparando também, já que são cerca de 1.400 viaturas – algumas serão renovadas; outras, entregues – compradas diretamente pelo Estado.

Mesmo neste momento de crise, o governador vem cuidando desse aspecto e do lado profissional humano também: dotando a segurança pública de mais recursos humanos. Tivemos já a convocação dos policiais civis para a preparação de cursos, são cerca de 639 policiais. Naturalmente, haverá o governador de continuar esse esforço em outras áreas.

Da mesma forma, faço também aqui a menção, já fiz esse registro, da autorização do governador para o funcionamento do novo Presídio Regional de Vitória da Conquista, que abrigará algo em torno de 800 detentos.

O governador, naturalmente, tem outros desafios, o presídio de Brumado está em plena construção e, em outras regiões do Estado, também. Só nesse período, se compararmos Wagner a Rui, teremos mais de 6.000 vagas nos presídios da Bahia. Por isso gostaria de parabenizar o governador.

Na linha da Polícia Militar, também o contingente está sendo aumentado. Só agora, nos meses de março, abril e junho, 200 policiais militares serão incorporados às companhias regionais de Vitória da Conquista de Guanambi, de Jequié, de Itapetinga, de Brumado, de Livramento de Nossa Senhora, de Poções... Enfim, toda a Região do Sudoeste da Bahia receberá mais policiais que estão sendo formados e que gradativamente estão sendo dirigidos para as Companhias.

Referindo-me a Vitória da Conquista, quero dizer e parabenizar o Cel. Inácio Lira, comandante do Comando Regional, também o subcomandante Ten-Cel. Ivanildo. Em Vitória da Conquista, apesar dessas dificuldades, temos hoje a Companhia Rural, a 98, que atende todos os distritos de Vitória da Conquista; as Companhias 78 e 77, dentro de Vitória da Conquista, Zona Oeste e Zona Leste, além da Rondesp, que funciona dentro da estrutura do Comando Regional, e ainda o Esquadrão Falcão de Motociclistas. No interior dos distritos, temos unidades fixas, com postos policiais em Veredinha, Inhobim, Zé Gonçalves, São Sebastião, Limeira. Já existe lá, permanentemente, a presença de um pelotão que cuida, de forma cíclica, renovando os policiais dessas unidades, além das unidades, das patrulhas, que rondam todo o interior, principalmente as entradas dos distritos.

Por isso não procede o exagero das críticas. É claro que a segurança pública é um desafio permanente e todas as demandas, todas aquelas reivindicações, no sentido

de melhorar a segurança pública, devemos entender como legítimas.

O governador Rui Costa vem se esforçando pessoalmente: visitando as Unidades; visitando os Pelotões; visitando as Companhias, os Comandos Regionais; emulando, além daquilo que ele já fez, e que esta Casa votou, que foi mudar a estrutura de remuneração do prêmio da gratificação policial militar, na medida em que se reduz o índice de violência e de criminalidade.

Por isso, Sr. Presidente, para concluir...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- (...) Tenho certeza de que as demandas outras que estão surgindo o governador vai examinar e encaminhar gradativamente, porque ele tem um compromisso com a segurança da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado José Raimundo.

A deputada Fabíola Mansur já falou acerca do falecimento do nosso querido funcionário desta Casa, José de Carvalho Lins, para quem peço um minuto de silêncio.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

Estou inscrito para fazer uso da palavra. Mas cedo o meu tempo para a deputada Luiza Maia, pois é, sempre, bom ouvi-la desta tribuna, ainda mais sabendo que a senhora e o seu ex-adversário, Maurício de Tude, estão no mesmo barco de braços e mãos dadas na cidade de Camaçari. Cessaram-se as desavenças.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concedo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Ninguém o autorizou a fazer este comentário. Era o que me faltava! Não sabia que o presidente da Mesa, agora, tinha o papel de fazer comentários.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Agentes Penitenciários, já ganhamos a batalha dos policiais e precisamos, agora, ganhar a batalha dos agentes. (Palmas, muitas palmas.) E eu tenho certeza de que, com a sensibilidade do nosso governador e contando com nosso apoio, continuaremos, da mesma forma, a fazer o debate e o diálogo para que a demanda de vocês seja atendida. Contem com meu apoio sempre.

Sr. Presidente, quero registrar o Dia Internacional de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Quero falar sobre isso um pouquinho, porque é um absurdo as palavras que ouvimos de alguns nesta Casa sobre a tentativa de desgastar e de agredir a diversidade humana. Não depende da vontade de ninguém. Sempre existiu

isso a vida inteira. Desde que a humanidade começou a se organizar e a viver em cidades, sabemos de histórias de pessoas que fazem outra opção sexual.

Acho, realmente, deputada Fabíola Mansur, ser preciso dar um freio aqui, porque, realmente, o desrespeito e a agressão confundem-se com a luta das mulheres. Nesta Casa, vimos a tristeza que foi para as mulheres fazer aquela pressão e aquele debate todo para se incluir o tema da igualdade de gênero no Plano Estadual de Educação. Estamos vendo o resultado disso com homens matando mulheres constantemente.

A violência de gêneros é uma realidade dura para a vida das mulheres. Quando tivemos a oportunidade de colocar nos ambientes de educação, onde serão formados os nossos filhos e os nossos cidadãos em outro conceito, em outra visão, em outra cultura, melhor dizendo, com a cultura da paz, com a cultura da harmonia e com a cultura do diálogo, vimos o debate ser tão rasteiro e tão indigno nesta Casa. Isso nos deixou revoltadas.

Temos que procurar alternativas para que este debate não fuja das escolas. Tenho conversado com algumas pessoas que ajudaram a elaborar o Plano Estadual de Educação. Logo, temos como introduzir o debate da igualdade de gênero. Esta é uma bandeira histórica e uma bandeira cara da luta das mulheres nas escolas.

Teremos de juntar as mulheres e os homens nesta Casa, enfim, juntar todos aqueles que queiram também participar desta discussão para não se aprovar, de forma tão grosseira e tão estúpida, como vimos, um debate tão distorcido e tão pervertido, como foi aquele durante o debate do Plano Estadual de Educação ocorrido nesta Casa Legislativa.

Então, neste Dia Internacional de Combate à Homofobia, quero fazer um apelo a esta Assembleia Legislativa para que, realmente, a representação, colocada para a apreciação perante a Mesa desta Casa, seja discutida o mais rápido possível. Vejam, nós fundamentamos com fatos e nós não estamos inventando nada. Acho que um Poder não pode aceitar um dos seus membros com uma postura tão raivosa a ponto de incentivar o ódio de forma tão homofóbica, de forma tão machista e da forma que temos visto aqui.

E este membro fica a bater no peito para dizer que obteve cento e tantos mil votos. Se eu, também, tivesse 11 milhões de convênios para fazer aquela política que se faz lá de combate à droga, questionada por muitos, talvez tivesse o mesmo tanto de votos.

Acho preciso conter os abusos e os absurdos. Os seres humanos precisam ser respeitados. A diversidade humana, também, precisa ser respeitada. Farei este debate e esta discussão para que as coisas sejam ajustadas. Aqui, há o Regimento Interno e o Conselho de Ética. Não podemos achar que não é nada de mais ou, então, ficar com medo dos ataques histéricos, homofóbicos, racistas, machistas que temos visto nesta Casa.

Quero deixar registrado isso!

Nestes poucos minutos, gostaria de dizer que estamos apoiando a ocupação da sede da representação do Ministério da Cultura no Pelourinho desde a manhã desta terça-feira. Acho que o País, hoje, está indignado.

O mundo inteligente, compreendendo a cultura, as mulheres, os negros, os grupos sociais, lutou tanto para ter assegurados o seu respeito e a sua garantia de direitos no governo federal. No entanto, hoje, este mesmo grupo inteligente sente-se ameaçado e com a faca no pescoço, porque o golpista do presidente e sua trupe, que ele colocou lá, realmente, vieram para acabar com tudo. O MST que se segure! Estão dizendo, aí, que há ministro linha dura que criminalizará qualquer movimento social.

Temos de estar preparados para a resistência. Não temos medo!

Quem enfrentou uma ditadura sanguinária, como foi a ditadura militar, não terá medo de um golpista ou de um governo ilegítimo e usurpador, pois chegou ao poder sem ter 1 voto.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputada.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente e nobre deputado Sidelvan, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, queridos amigos e amigas, aqueles que estão nas Galerias, colegas da imprensa, tenho acompanhado as últimas declarações dos ministros do governo Temer. Estou no governo Temer temeroso, porque o governo precisa unificar o discurso. Está havendo um verdadeiro disse me disse.

Senão, vejamos, o ministro da Justiça dá uma declaração e, posteriormente, é desmentido pelo próprio presidente. O ministro da Educação – diante das pressões dos artistas, pois esses sempre foram muito bem aquinhoados no governo petista – ventilou a criação da Secretaria Nacional da Cultura. No outro dia, ele aparece dizendo que não criará essa secretaria e continuará como está. Agora, o secretário da Saúde diz ser preciso diminuir o tamanho do SUS; hoje, desdisse.

Então, o governo parece mais perdido do que cego no meio de tiroteio. É preciso unificar o discurso. O presidente Temer tem de balizar, tem de ter uma convocação dos seus ministros e unificar o discurso. Logo, o atual governo só pode exteriorizar para a imprensa quando tiver já tudo arrumado, detalhado com o poder central, com a Presidência da República.

O governo precisa passar para todos nós, brasileiros, um governo altivo e um governo determinado para seguir em frente, ou seja, este governo não pode ficar indo e voltando. A cada entrevista do ministro Fazenda, Henrique Meirelles, você fica no verdadeiro zigue-zague. Ora precisa-se da CPMF! Ora mexerá na Previdência! Ora diz não precisar mexer na Previdência. Ora diz-se ser necessário ver qual o andamento da economia.

Começo a demonstrar o meu temor com os primeiros dias do governo Temer. Por outro lado, este governo, hoje, tem a simpatia de uma parcela da sociedade e quer dar uma página virada na era petista, pois o governo petista gastou de forma desmensurada, gastou de forma irresponsável e gastou sem ter recursos.

Como uma presidente da República gasta muito mais do que se arrecada? É por isso que estamos nessa crise sem precedentes. Talvez nunca na história deste país – plagiando o ex-presidente Luís Inácio –, talvez nunca na história deste país tenhamos vivido uma crise dessa monta, desse tamanho.

Quero demonstrar a minha preocupação, porque se acompanharmos pela imprensa, fica muito claro que o governo ainda não formalizou o seu discurso para a população brasileira. Cada ministro vai colocando as suas opiniões, depois tem a atenção chamada. Há uma repercussão negativa na mídia, há uma repercussão negativa nas redes sociais, e acaba refluindo, acaba voltando, acaba se reposicionando. Isso leva a uma certa intranquilidade, leva a uma incerteza, para um momento desse, tão delicado, que nós estamos vivendo.

Citei exemplos de falas de ministros importantes, como da Economia, da Educação, da Justiça e, recentemente, da Saúde, ministério que vai lidar com uma situação séria neste País, que vive o problema da zika, chicungunya, dengue, gripe H1N1, que tem feito vítimas por esse Brasil afora.

O ministro da Saúde, dos últimos 14 anos, é o primeiro-ministro a não ser da área de saúde, mas isso não quer dizer que não possa vir a ser um bom ministro, mas é necessário que ele tenha mais cautela ao afirmar, ao dar suas declarações, as suas entrevistas, sob pena de ficarmos incrédulos com o futuro positivo desse governo no qual estamos apostando, estamos acreditando que pode realmente dar uma nova guinada neste país, mostrar credibilidade, que possamos voltar a crescer, que possamos diminuir o desemprego que se alastra por esse país afora devido a essa péssima administração do Partido dos Trabalhadores. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado.

Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes, imprensa, companheiros das Galerias, funcionários da Casa, subi à tribuna, meu nobre deputado Carlos Geilson, para tratar de um outro assunto de interesse de todos os parlamentares desta Casa, mas, diante das palavras da deputada Luiza Maia, do deputado Carlos Geilson, me sinto na obrigação de fazer uma pré-defesa desse governo que se instalou praticamente na sexta-feira à tarde. O presidente da República, o presidente interino – ainda tem isso – se instalou, tomou posse na sexta-feira à tarde.

Portanto, se quisermos fazer uma analogia com o parto, foi um parto cesário,

não foi um parto natural. O governo não teve tempo de transição. Quando o sujeito se elege em outubro – as eleições são sempre no mês de outubro – ele tem um tempo de 3 meses, exatamente, para fazer a transição de governo. No presente caso, pela própria natureza da suspensão ou da posse provisória, vamos assim chamar, do atual presidente, é uma coisa muito rápida, não há tempo de transição.

Acho que há de se ter alguma paciência com essa acomodação. Os ministros que assumiram – apesar de boa parte deles já possuir larga experiência no serviço público – receberam de uma hora para outra um governo com um rombo de aproximadamente 125 bilhões de reais, com uma crise moral, como todos nós conhecemos, com a crise política se aprofundando a cada dia – não tem fim essa crise política, é preciso colocar um fim – então, é natural que esses ministros, que essa equipe de governo, que não tem nem 3 dias úteis de trabalho, ainda estejam na fase de se encontrarem, até para que, de fato, o presidente da República defina uma linha de trabalho.

Veja, meu caro deputado Herzem Gusmão, que ainda corre um processo de impeachment. O impeachment ainda não foi julgado! Então, não se tem uma verdadeira segurança do que está por vir. Todos nós estamos numa expectativa muito grande, todos nós. Tenho a absoluta certeza de que a maioria dos brasileiros, neste momento, tem uma esperança muito maior que este País dará certo do que tinha na semana passada. Portanto, eu acho que convém, acho que é responsável todos os brasileiros terem um pouco de paciência. Só nos resta, diante do escalabro desse governo que passou por aí, sermos torcedores, seja de Michel Temer ou de quem fosse assumir, neste momento, as rédeas do governo, do País. Porque para nós, brasileiros, só há um caminho: torcer para que, de fato, o País mude, para que, de fato, o País volte aos trilhos do rumo certo, para que os brasileiros voltem a ter esperança nos seus empregos, para que o governo consiga, de uma vez por todas, tamponar essa crise deslavada de falta de emprego.

É preciso controlar a inflação, que já atinge os 2 dígitos. É preciso incrementar a produção do Brasil. É preciso também, por outro lado, já que a produção caiu, já que a indústria caiu, já que o comércio está inerte... E aí o governo deixa de ter condições, deixa de ter recursos para fazer face às suas despesas.

Portanto, eu creio que, apesar da pressa de alguns deputados, sobretudo daqueles que faziam parte do governo anterior, em já começarem a criticar o governo atual, ainda é muito cedo. Acredito que todos nós teremos bastante discernimento, meu caro deputado Joseildo Ramos, V.Ex^a que já está em pé para vir a esta tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Para concluir, deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- V.Ex^a, como um deputado responsável, como um deputado conhecedor dos problemas da Bahia e do Brasil, tenho absoluta certeza de que V.Ex^a também dará uma trégua ao presidente da República que ora assumiu o governo deste País.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre colega, deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, vivemos no País, hoje, a expectativa de um novo governo que se anuncia, que se inicia num momento extremamente grave e conturbado da vida brasileira. O que temos e o que queremos é torcer e pedir ao grande arquiteto do universo que dê luzes àqueles que irão nos governar daqui por diante.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, hoje, aqui, nós iremos apreciar o Decreto Legislativo nº 2.505/2016, que se refere às contas do governador Jaques Wagner no último exercício, 2014. Há um parecer favorável do eminente deputado Zé Raimundo, mas nós, hoje, queremos – isso se a voz permitir – debater os pontos que entendemos que nesse relatório, que nessas contas devam ser observados para que a decisão tomada tanto no TCE, como na comissão própria desta Casa seja revista, para que as contas do ex-governador sejam aqui reprovadas. Como somos, neste momento, julgadores e fiscais da execução orçamentária, julgadores e fiscais das políticas públicas aplicadas, não podemos admitir que tanta agressão às Leis Orçamentárias, à Lei de Responsabilidade Fiscal, cometidas na Bahia, sejam por nós aprovadas.

Quero aqui, de início e *en passant*, apenas citar três pontos que por si só já seriam bastante e determinantes para a rejeição dessas contas. Quais são eles?

Esta Casa aprovou uma emenda constitucional impondo, no Orçamento do Estado, a verba de 0,33% da receita corrente líquida para ser aplicada nas emendas impositivas apresentadas por estes parlamentares.

O governador simplesmente desconheceu e aplicou apenas 0,02%, para atender apenas aqueles deputados mais chegados ao seu gabinete. Os demais parlamentares não foram contemplados, sendo ignorada solenemente a Constituição do Estado.

Também aqui existem as famosas pedaladas fiscais. Sabemos que a gestão orçamentária deve obedecer ao regime de competência de arrecadação. E assim os recursos arrecadados com ICMS e IPVA – dos quais o governo é mero detentor para serem repassados aos municípios –, no mês de dezembro o governo simplesmente contabilizou como regime de caixa, como suas receitas em dezembro. Na verdade, eram receitas dos municípios referentes a dezembro, mas repassadas em janeiro de 2015. Como o regime é de competência, não poderiam ser contabilizadas para o Estado, não poderiam ser assim servidas para cobrir o *déficit* que o governador deixou nas suas contas em 2014.

E mais, o governador apresenta nas contas de 2014 um saldo orçamentário que é mera ficção contábil, porque, na verdade, lançou-se mão de recursos vinculados – ou seja, aqueles que só podem ser gastos com determinadas rubricas – para cobrir

déficits naqueles recursos livres. Portanto, mais uma pedalada fiscal.

Volto a repetir, apenas esses três itens já seriam suficientes para nós, como julgadores, como juízes e fiscais da lei, entendermos que o governador, nas contas de 2014, descumpriu tanto a Constituição Federal como a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Grande Expediente.

Com a palavra ao nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- A luta de vocês é justa. Vocês são bem-vindos aqui. (Palmas)

Agora falaremos o que precisa ser dito.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e todos os que nos ouvem e nos assistem pela *TV Assembleia Legislativa*, o deputado Carlos Geilson subiu a esta tribuna e desde a semana passada tem se posicionado de uma maneira clara, objetiva e preocupada. E nós estamos aqui na tribuna para dizer da pertinência, das observações e das preocupações que temos com o nosso País. Precisamos repercutir essas preocupações em função das idas e vindas, dos desatinos, das barrigadas que começam a despontar nesse governo, no início do seu interinato.

Então, observem, senhores, o que está a acontecer. Ora, estamos falando de um governo interino que foi assumido recentemente por um vice-presidente da República, por um campo político que participava no ministério com sete ministros. Portanto, não há novidade na rotina de governo em nosso País.

Entretanto, o que é que fica claro? O que está claro é a ausência de um plano de ação demonstrando a falta de rumo do atual governo. As palavras do deputado Carlos Geilson colocam claramente, e a noção é objetiva e os sinais para todos nós são claros do desatino, da falta de rumo, da ausência de um plano de ação. Está clara a noção, inclusive da estrutura do próprio Estado e das suas representações que garantam a pluralidade do que significa ser a sociedade brasileira.

É preciso entendermos a necessidade de se ter o conhecimento das áreas de governo e a sua efetiva relação com a sociedade, principalmente no que tange às minorias. Observem, é preciso que todos nós estejamos atentos, porque esse governo que se inaugura interinamente carece de massa crítica intelectual, carece, efetivamente, disso por conta da ausência de membros importantes da academia para poder conferir base e reflexão aos pontos que estão encaminhando.

Vou dar um exemplo claro: soubemos hoje da revogação de um ato da presidente Dilma Rousseff. E a revogação desse ato atinge, olhem bem os senhores, o Programa Minha Casa, Minha Vida, cujo recursos estão previstos no Fundo de Desenvolvimento Social. E aí é bom dizer claramente para os deputados que o Minha Casa, Minha Vida, esse programa tão importante, que atinge mais de 4.500 municípios em nosso País, vai diretamente à disposição dos diversos prefeitos deste País, independente de qual seja a bandeira ideológica dos prefeitos brasileiros indistintamente.

Entretanto, para salvaguardar as organizações comunitárias, existe o Minha Casa, Minha Vida Comunidades. E em Feira de Santana e em Alagoinhas dois projetos, deputado Herzem, importantes, perfazendo 950 unidades habitacionais. Esses dois projetos foram revogados, imaginem os senhores como essas famílias se encontrarão; imaginem a perspectiva de um sonho ser concretizado e como estaremos hoje.

Será que não seria preciso um mergulho mais profundo, uma observação mais correta desse estado de coisas? Imagine o que significa dizer que quase mil famílias em dois municípios dos mais importantes do Estado da Bahia que tiveram a revogação de uma portaria que já colocava à disposição, deputada Fabíola Mansur, de quase mil famílias o projeto Minha Casa Minha Vida, cuja origem foi da organização das próprias comunidades. Então, é um absurdo!

E o que é que estamos vendo aí? Um desatino completo! A imprensa internacional tem pautado – eu não estou falando de qualquer órgão, de qualquer veículo da imprensa nacional... *O The New York Times*, *o The Guardian*, a *BBC*, o *El País*, da Espanha, a imprensa alemã, a imprensa francesa, a imprensa russa e portuguesa estão tratando o nosso País com um misto de perplexidade e de deboche. E de deboche!

Observem, os senhores, que situação, nós que estamos em um regime presidencialista. Imaginem quantos presidentes doravante poderão passar, em momentos de crise, por essa situação que o mundo inteiro, repito, de maneira perplexa está a repercutir, que está galvanizando a expectativa dos principais veículos da imprensa internacional. Observem, inclusive, que alguns vizinhos latino-americanos, países com os quais, de maneira soberana, o Brasil inaugurou o Itamaraty, mais precisamente uma relação sul-sul, saindo pela tangente daqueles países que sempre monopolizaram o poderio bélico, o poderio econômico, e tratando exclusivamente dos interesses nacionais: a relação com a África, a relação com os BRICS, a relação e a articulação com o G-20 e uma série de compromissos advindos de um sem-número de convênios, de interesses, resguardando os interesses dessas nações amigas.

O José Serra, que é um dublê de chanceler, mandou uma nota de uma grosseria que jamais tivemos notícia na história ótima, perfeita da diplomacia brasileira. Imagine o País, que nesses últimos anos logrou ser líder do Mercosul, o maior articulador do G-20, o grande articulador da Organização Mundial do Comércio,

articulador do BRICS, do banco do BRICS, com relação privilegiada com a China, com a África, com a América latina, ou seja, o Brasil nunca foi tão protagonista nas relações internacionais como foi nos últimos anos...

A política do não alinhamento com as potências: era tudo o que se queria. Nós nos livramos de ser o quintal dos Estados Unidos. Isso tem importância histórica para o nosso País, para a nossa soberania. Não podemos jogar isso fora! Precisamos dos países vizinhos porque nos foros de representação plural dos organismos internacionais iremos precisar do voto dos nossos parceiros vizinhos da América Latina. Não podemos dar pontapés, proferindo grosserias! Isso não faz parte da história da democracia e nem da diplomacia brasileira. Como ficarão adiante os interesses primeiros do nosso querido País?

Observem, senhores, os torpedos que estão acontecendo sucessivamente nos últimos dias. Deputado Presidente, tivemos uma manifestação de dezenas de milhares de mulheres, de negros, de minorias que não entenderam o aspecto restritivo desse governo que se inaugura nesse instante: um ministério sem nenhuma mulher, sem nenhum negro, para representar este nosso País miscigenado e tão plural. Acabaram com Ministério da Cultura. E a cultura significa você tratar da identidade, da história, da essência do ser brasileiro.

Estou falando da perspectiva de reconhecimento deste País enquanto nação. O Ministério da Cultura é tão importante, tão gerador de oportunidade de renda. Galgamos esse espaço através de muita luta. E numa canetada, que não vai significar nenhum ganho para a sociedade brasileira...

Em diversos palcos, inclusive na França, na Suíça, na Alemanha, na Inglaterra, vários brasileiros e estrangeiros estão perplexos, porque o nosso País é dos mais ricos em se tratando da cultura e do empoderamento do ponto de vista econômico, financeiro, dos aspectos amplos e plurais da cultura nacional. E aí, lá se vai de roldão a extinção do Ministério da Cultura.

Estou falando de um ministério onde 40% dos titulares foram citados e estão sob investigação da Lava Jato. Para onde irá a Lava Jato? Será que a Lava Jato será amordaçada? E esses ministros que ganharam o foro privilegiado terão o mesmo tratamento da Procuradoria-Geral da República? Qual vai ser a posição do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em relação a 40% desse ministério citado ou já investigado pela Operação Lava Jato? Dois pesos e duas medidas. Vou repetir: dois pesos e duas medidas.

Quero ver agora a base aliada, deputada Fabíola, deputado Rosemberg Pinto, como vai se comportar em relação à CPMF. Inclusive, boa parte do PMDB e boa parte do PSDS utilizaram a rejeição de uma CPMF como álibi no processo de encaminhamento do impeachment da nossa presidente. Como é que vão se comportar os aliados de agora, neste momento, sobre a questão de mais um imposto para a sociedade? Quem vai pagar esse pato? É uma boa pergunta que poderá ser feita na frente do prédio da Fiesp, junto ao Paulo Skaf, que deve estar alucinado, procurando saber de Temer quem vai pagar esse pato. Como Temer vai explicar?

Como Temer vai reagir para chamar a atenção do ministro da Justiça, que chegou, claramente, sem nenhum sofisma, a dizer de que o presidente interino Michel Temer não precisa indicar aquele procurador cuja lista tríplice virá de uma eleição interna, como é praxe há mais de 10 anos, bem mais de uma década neste País. Ou seja, ele disse: não precisamos respeitar porque estamos diante de um poder quase absoluto, de uma Procuradoria-Geral da República.

Imagine o desatino! Essas declarações na contramão do que em menos de 24 horas o presidente interino fez com que o Alexandre, ministro da Justiça, ex-secretário de São Paulo, imagine, fosse para a imprensa desdizer aquilo que disse sem sofisma.

E o rebaixamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior? Como pode abrir mão, inclusive de um aliado, o Monteiro, que tem muito a ver com o encaminhamento das coisas do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. O Ministério da Educação que está na mão de um deputado federal que muito pouca familiaridade tem com o tema educação, o conhecimento que ele tem do tema educação é marginal, é periférico, não tem o nível de aprofundamento do que se espera de um ministro que possa encaminhar os destinos da educação brasileira.

E o que esperar da junção do Ministério das Comunicações com Ciência, Tecnologia e Inovação? Eu estou querendo saber onde se fez o encontro, que conta foi essa, qual a similaridade de juntar Comunicação com Ciência, Tecnologia e Inovação? Qual é o nexos?

Como é que pode colocar no MDA, que sumiu e está dentro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário está dentro do Ministério do Desenvolvimento Social, deputado Rosemberg, e lá está o maior crítico que se tem notícia, do Bolsa Família. O que é que nós vamos esperar, são 53 milhões de brasileiros que ajudam a girar a economia nos menores municípios, e o que vai de Bolsa Família é maior, quase sempre, do que o Fundo de Participação dos Municípios, a cada mês, irrigando a economia municipal com esse recurso, que faz com que essas famílias consigam comer três vezes ao dia. Como é que se vai explicar isso?

E as secretarias que tinham status de ministério e que representavam os interesses das minorias, daquelas categorias sociais, daqueles que viviam sempre à margem, aqueles que são objeto do preconceito generalizado da sociedade brasileira. Como justificar o Ministério da Previdência Social? Observem que os benefícios da Previdência, a parte boa, a parte que poderá ser vendida para as grandes seguradoras internacionais, sabe onde é que vai? Está no Ministério da Fazenda. Eu vou repetir: os benefícios da Previdência, a parte boa da Previdência Social deste país está no Ministério da Fazenda, certamente está sendo preparada para ser vendida. Mas, o INSS, que é aquela parte dos pobres, dos agricultores familiares, a parte que vai ter contingenciamento, foi para o Ministério do Desenvolvimento Social. O que é que tem a ver a Seguridade Social com o Ministério do Desenvolvimento Social? Não pode.

Então, a gente está vendo um governo que inaugura o seu primeiro momento de maneira atabalhoada, há um simples momento de angústia ou de falta de entendimento da sociedade, há um recuo, quase que imediato, do presidente interino. Como é que pode o mercado brasileiro reagir às idas e vindas, às barrigadas que acontecem quase que diuturnamente por esses ministros?

E não me venham dizer que haveríamos de estar assistindo a uma transição. Que transição haveríamos de estar assistindo? Qual a novidade? Quantas centenas de cargos, cargos importantes foram assumidos pelos que agora, desde a época de Lula, já eram ministros, inclusive um ministro baiano, não é novidade, foi ministro de Lula, ministro da Integração Regional. Não há como se justificar as barrigadas. E o pior, a preferência por restringir direitos.

Observem que o ministro da Saúde, que amplamente teve o seu financiamento eleitoral disponibilizado por empresários que detêm uma grande fatia do mercado de planos de saúde, está no Ministério da Saúde, e já anunciou que o SUS, que nós sabemos que é subfinanciado, mas o SUS não pode ser para todo mundo.

Nós estaremos a regredir. A lei do SUS é o que existe de mais avançado no mundo, e estamos a ouvir que o Sistema Único de Saúde não pode ser universalizado. Sabemos que ele está subfinanciado, mas não podemos negar à população brasileira o direito à saúde, não podemos lhe dizer que não podemos ir além de 20% daqueles que podem pagar o plano de saúde.

Como querem, não poderemos ir além disso, não poderemos incorporar nem mais 10% para chegar a 30%! Essa realidade não existe. E essas pessoas estarão assistidas como, nobre deputada Fabíola? Como explicar isso nos primeiros dias? A nossa preocupação é muito grande.

E tudo isso fica claro quando vemos que a nova presidente do BNDES tem no seu DNA as características de quem sabe trabalhar para o Estado mínimo, de quem sabe trabalhar restringindo a participação indutora do Estado, restringindo o viés público de dar a direção do investimento produtivo.

Então nós estamos temerosos – aliás, esta palavra é muito interessante –, neste momento, diante do que virá a acontecer com este País. Inclusive, quero dizer a todos os deputados que haveremos de nos aprofundar acerca desses desatinos, que sairão muito caros para a sociedade brasileira.

São conquistas e mais conquistas alcançadas num tempo recorde. Não se tem notícia recente de que algum país do mundo, principalmente do mundo ocidental, tenha galgado tantas conquistas para aqueles que mais precisam, em tão pouco tempo. E não podemos perder essa caminhada importante, que custou muitas vidas, que custou muita luta para a sociedade brasileira.

Então, é importante que estejamos verdadeiramente temerosos. O Temer não tem projetos, e o PSDB, que tem, quer aplicar a barriga de aluguel. Mas o PMDB está caindo fora, deputado Sandro. Portanto, estaremos, a partir deste momento, aprofundando esse debate, aprofundando essa discussão, que muito nos interessa.

Estaremos fazendo o debate em Alagoinhas, em Feira de Santana, onde quase mil famílias, deputado Rosemberg, teriam acesso ao Minha Casa, Vinha Vida. Essas comunidades souberam hoje, pelo *Diário Oficial da União*, que foi revogada a portaria que liberou dois projetos importantes de quase mil unidades para famílias, deputada Luiza Maia, que precisavam ver este sonho concretizado.

Então, este é o início da amargura que veremos por estes dias...

(As Galerias se manifestam.)

Não se preocupem, não. Vocês aqui sempre serão bem-vindos. É importante escutar os deputados. Nem sempre vamos ouvir a música que queremos ouvir, mas podem ter certeza de que aqui todos nós estamos comprometidos, e aqui vocês são muito bem recebidos. Mas vocês também precisam respeitar.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputado Joseildo Ramos.

Gostaria de falar para o pessoal das Galerias que quando um deputado estiver na tribuna, por gentileza... Obrigado.

Horário das Representações Partidárias

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou ao representante do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Alex da Piatã.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Alex da Piatã, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, todos que estão aqui nas Galerias Paulo Jackson, todos os que nos ouvem pelo *Canal Assembleia*, servidores, Imprensa aqui presente, a minha vinda, hoje, a esta tribuna tem um motivo muito especial. Sei das dificuldades e sei o quanto é fácil gerir e administrar com recursos abundantes, seja no setor público ou privado. Muitas vezes as incompetências passam despercebidas, porque há recurso sobrando.

Então não posso deixar passar em branco, ao tempo em que dou os parabéns à brilhante atuação do secretário da Saúde do Estado da Bahia, Dr. Fábio Vilas Boas. Num momento de crise, dificuldade e tão poucos recursos, a saúde na Bahia vem se destacando. Há estados bem mais ricos, como o Rio de Janeiro e o Distrito Federal, que têm arrecadações bem maiores que as nossas, com a mesma população e a demanda muito menor. Lá já passam praticamente por um colapso no sistema de saúde.

Aqui, na Bahia, temos sido surpreendidos pelo nosso secretário. Até brinquei,

hoje, deputada Fabíola e todos os que estavam na Comissão da Saúde, que semanalmente temos recebido convites para inaugurações de novas unidades, ampliações e outras ações da Secretaria da Saúde. O secretário desenvolve um trabalho com muita eficiência, respeito e dignidade, trabalhando cada ponto da forma como deve ser feita.

Especialmente, e não podemos esquecer, a área da saúde da mulher. É algo tão importante que o governador Rui Costa determinou que lhe fosse dada prioridade. Estamos caminhando para ter um hospital exclusivo para as mulheres, e o secretário tem adiantado isso. Sem contar outros hospitais, outras obras, como as que estão por vir e temos que destacar, como as UPAs de Feira de Santana, Vitória da Conquista; o hospital de Seabra; o HGE II, cuja montagem está sendo finalizada e em breve estará funcionando; o Hospital do Cacau. São 10 policlínicas, as obras de três delas já estão a todo vapor...

A Sr^a Luiza Maia:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Darei em seguida, deputada.

(...) Ao final, num prazo de 8 meses, finalizaremos 10 policlínicas para o atendimento de exames de alta e média complexidade, num investimento total de R\$17 milhões.

Então, duvido que algum estado da nossa Federação esteja fazendo um trabalho tão brilhante na saúde como o que o secretário Fábio Vilas Boas tem feito.

Com o aparte a deputada Luiza Maia

A Sr^a Luiza Maia:- Deputado Alex, quero dizer aqui da minha alegria pela sua fala. Compreendemos que o País está numa crise, numa grande dificuldade, mas eu queria aproveitar para fazer um apelo, um pedido a V.Ex^a. Que, como presidente da Comissão de Saúde, peça ao nobre secretário – porque eu já fiz esse pedido e não obtive sucesso – para olhar com carinho a maternidade de Camaçari. Está lá o terreno murado: iniciaram algumas obras, pararam... Que ele também dê uma atenção especial. Ficarei muito agradecida, e essa vitória será nossa.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Com certeza. Incorporo a fala de V.Ex^a ao nosso discurso. Tenho certeza de que o secretário, com o empenho, a dedicação e a competência com as quais ele tem agido, vai olhar. E nós vamos levar, em nome da Comissão, o pedido de V.Ex^a.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui destacar e parabenizar o governador Rui Costa pela sua sensibilidade, pela forma com que tem tratado, ao buscar quadros técnicos importantes para fazer um trabalho tão importante como o que tem feito o secretário da Saúde, Dr. Fábio Vilas-Boas.

Gostaria de deixar registrado, nesta tribuna, e pedir uma moção de aplauso para o excepcional secretário da Saúde, Fábio Vilas-Boas. Vou pedir a assinatura dos nossos queridos pares, queridos deputados. Tenho certeza de que vamos fazer uma grande justiça, devido à forma como esse secretário tem tratado as políticas públicas

na área de saúde, como tem tratado a ampliação de serviços, a exemplo do serviço de imagem do Cican – onde fomos há pouco tempo. Na inauguração, o governador estava muito feliz porque ali foram tratados o seu pai e a sua mãe, e é referência para o nosso Estado.

Com o aparte o nobre colega deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. Carlos Ubaldino:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, pois está falando o nome de um cidadão escolhido pelo governador Rui Costa – e creio que pela vontade de Deus – para fazer acontecer os anseios da população baiana.

Ontem, com a reinauguração da Maternidade Tysilla Balbino, vimos a grandeza daquele trabalho. O secretário Fábio Vilas-Boas tem feito um relevante trabalho, merecedor dos nossos aplausos. Por isso eu quero comungar com V.Ex^a da homenagem a esse secretário humilde, mas que faz acontecer os anseios da população baiana, principalmente dos soteropolitanos.

Eu quero comungar com V.Ex^a as suas palavras.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Muito obrigado, deputado Carlos Ubaldino. Incorporo as suas palavras ao meu discurso.

A Sr^a Fabíola Mansur:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Com o aparte, a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- O aparte é para rapidamente me incorporar, me associando às palavras de V.Ex^a, aos elogios que faz ao trabalho do nosso secretário Fábio Vilas Boas, também extensivo ao governador Rui Costa, que prioriza a saúde da mulher nas políticas de saúde.

É importante que se diga que há uma disputa de orçamento quando se tem um subfinanciamento. Então, a sensibilidade do secretário Fábio e do governador Rui Costa de não só, como V.Ex^a já mencionou, fazer o primeiro Hospital da Mulher da Bahia, como o deputado Carlos Ubaldino há pouco se referia, mas também de ampliar, para 15, o número de leitos das chamadas unidades de cuidados intermediários, ontem, na Maternidade Tysilla Balbino, que é uma maternidade histórica, de 57 anos. E, certamente, a ampliação da assistência obstétrica é também uma forma de salvar vidas.

Então, nas decisões, na sensibilidade, na atuação, na criatividade do trabalho do secretário, a gente vê a grandeza do seu trabalho e a gente se incorpora a sua moção de aplauso, dizendo que é nos tempos de dificuldades, de controvérsia que identificamos a grandeza de um homem.

Parabéns pelo seu discurso e parabéns ao secretário Fábio Vilas-Boas.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Muito obrigado, deputada Fabíola. Incorporo as suas palavras ao meu discurso.

E, para finalizar, Sr. Presidente, eu quero aqui reforçar, realmente, os nossos parabéns e a nossa moção. Isso se justifica com fatos, porque fui secretário de Saúde

no município de Conceição do Coité e sei a dificuldade do subfinanciamento que tem a saúde hoje no Brasil, principalmente a saúde pública. A dificuldade é muito grande e tem se agravado enormemente diante da grave crise econômica que vivemos em função da crise política. Tenho certeza, Sr. Presidente, que se numa fase dessa a Bahia está prosperando da forma que está é porque temos um bom gestor, como o governador Rui Costa, que teve a sensibilidade de escolher um bom secretário de Saúde, competente e dedicado como o secretário Fábio Vilas-Boas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 8 minutos, falando pelo Bloco Parlamentar PT, PCdoB, PSB e PTN.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, servidores e servidoras, visitantes, meu querido deputado Joseildo Ramos, ouvi aqui largamente a sua fala com relação a esse governo que, de assalto, assumiu a Presidência da República e tem “batido uma cabeça” de modo fenomenal.

Antes disso, quero dizer que hoje estivemos, eu e a deputada Fabíola Mansur, participando de uma reunião com o Foro Estadual de Educação, onde debatemos aquele projeto que foi aprovado aqui, com todas as suas polêmicas e suas diversidades de pensamento. Mas, ao final, há o entendimento de que o que foi aprovado, mesmo colocando na invisibilidade as expressões que entendíamos importantes para a consolidação do projeto, a sua regulamentação, do ponto de vista da aplicabilidade, não perderá nenhum tipo de procedimento a partir do projeto que votamos aqui na semana passada.

Meu querido Joseildo Ramos, pensei até em não falar sobre esse tema, mas me senti instigado, ouvindo aqui a sua fala. Primeiro, acho que não devemos debater muito, quando se trata de uma representação ilegítima. O atual vice-presidente da República, Michel Temer... e agora a sociedade, deputado Herzem Gusmão, começa a perceber a arquitetura de um plano contra o Brasil, baseado em três pilares: o primeiro deles, para retomar a rota de articulação e de subserviência aos Estados Unidos, porque a partir dos nossos governos mudamos a comercialização, fortalecemos as relações internacionais com outros países, diminuindo consideravelmente a relação de subserviência aos Estados Unidos como vendedor de matéria-prima; a outra questão – que o debate sobre o impeachment trouxe à tona – é o novo marco de regulação de petróleo no Brasil, em especial na área do pré-sal, em que há uma vontade imensa do senador José Serra em entregar o petróleo brasileiro para os Estados Unidos.

E o terceiro, que lamento alguns colegas nossos – que, inclusive, foram deputados aqui nesta Casa – não terem compreendido o porquê desse golpe e acabaram votando para a sua validação, porque é um golpe contra os interesses do

Nordeste brasileiro. Porque a partir do nosso governo, dos governos do PT, que há uma mudança do ponto de vista de investimentos para a ampliação da indústria e dos serviços no Norte e no Nordeste e, sem dúvida alguma, isso vai mudar consideravelmente, porque já se começa a repensar o processo da retomada de uma indústria para o Sul e Sudeste, em detrimento da ampliação do Norte e do Nordeste.

O que está arquitetado, no fundo, no fundo, é um golpe pensado pelo segmento empresarial industrial internacional e do capital nacional, onde grande parte daquele Parlamento acabou se contaminando com o debate extremamente cruel para a política brasileira, que é o debate da moral. Sob a égide da discussão da moral acaba-se votando não pelas questões que foram levantadas do ponto de vista dos crimes de responsabilidade, mas sobre uma posição que estava à parte do debate, relacionando-se à questão da moral. E poucos ali podem falar sobre moral. Inclusive aquela deputada que estava votando em nome de Deus e do marido dela e pediu a Deus para acabar com a corrupção no Brasil. No outro dia, seu marido é preso por corrupção. Ou seja, Deus atendeu ao seu pedido.

Esse debate é muito atravessado. Nós estamos percebendo que essa discussão de corrupção, onde Lula não poderia ser ministro, pois estava sendo investigado... Mas olha, meu Deus: sete ministros desse governo estão sendo investigados na Operação Lava Jato! Acabou com os ministérios vinculados à área social, na sua relação mais específica, e retirou a expressão das mulheres, dos negros e dos pobres, através dos ministérios que os representavam.

Hoje, no *Diário Oficial*, tomou a posição de exonerar o presidente da Empresa Brasil de Comunicação, que é uma diretoria com tempo determinado, sendo isso votado no Congresso Nacional exatamente para evitar que o novo presidente assumisse e mudasse a presidência da Empresa, para não vinculá-la a uma posição ideológica. E ele, numa posição autoritária, rompe com isso e exonera o presidente daquela empresa.

Dá uma declaração clara de que não vai reduzir os programas sociais, mas os seus ministros já começam a dizer que vai se diminuir em 20% o Bolsa Família, sendo certamente, diminuído aqui no Norte e no Nordeste, porque além de não gostarem dos nordestinos, não gostam do povo pobre do Brasil. Por isso, meu querido deputado Joseildo Ramos, eu entrei nesse tema, com muita tristeza. Vejo hoje o Brasil sendo golpeado para atender os ricos, muitos deles de fora do País, em detrimento do povo pobre daqui.

Muito Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marquinho Viana:- Falarão os deputados Leur Lomanto e Tom Araújo por 6 minutos cada um, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu não gostaria de entrar no mérito da discussão iniciada tanto pelo deputado Joseildo como pelo deputado Rosemberg, pois eles insistem neste discurso de que houve um golpe e que o presidente em exercício Michel Temer não teria legitimidade para estar, de forma interina, administrando o nosso País.

Digo isso até porque, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, quanto à discussão de ser ou não golpe, isso já é página virada, deputado Marcelino Galo! Nós precisamos, agora, pensar no Brasil! Nós precisamos, agora, pacificar o Brasil. Não adianta o deputado Rosemberg querer insistir na divisão de quem é a favor dos pobres ou de quem é a favor dos ricos. Este é um discurso retrógrado, deputado Rosemberg.

O presidente Michel Temer assegurou o que falarei. E eu estou, aqui, assegurando o que ouvi, pois eu estive presente à sua posse. Ele manterá todos os programas sociais. E quanto a esses programas, esses não são oriundos do governo PT, uma vez que eles são anteriores ao PT, pois foram criados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nós teremos oportunidade, neste governo, de desmascarar, de uma vez por todas, a plataforma eleitoral do PT nas campanhas presidenciais. Em suas campanhas, o PT dizia: “Qualquer que seja o eleito, para assumir a Presidência da República, este acabaria com o Programa Bolsa Família e acabaria com o Programa Minha Casa Minha Vida.”

E o temor de V.Ex^{as} é, justamente, este, qual seja, nós, agora, teremos a oportunidade. Tenho a convicção de que, hoje, de forma interina, mas, amanhã, o presidente, com a maioria absoluta do Senado Federal, assumirá, de fato e de direito, os destinos de nossa República e comprovará o discurso de que o presidente Michel Temer não acabará com o Programa Bolsa Família e não acabará com os programas sociais. Este discurso de finalização dos programas sociais é, meramente, uma falácia. Nós teremos a oportunidade de comprovar isso nesta atual gestão.

O presidente Michel Temer assumiu o seu cargo na sexta-feira à tarde, ou seja, tem menos de 3 ou 4 dias à frente da Presidência da República do Brasil. Ele encontrou uma terra arrasada, um governo com mais de 150 bilhões em dívidas, um governo inchado com 32 ministérios. Depois, ele chegou, já diminuiu para 23 ministérios. E o atual presidente diminuirá 4 mil cargos de confiança que são, a maioria deles ou todos eles, absoluta e completamente, desnecessários para o funcionamento do País!

É disso que o Brasil precisa, deputado Rosemberg! O Brasil quer resultados! E o governo do PT demonstrou a sua incompetência, pois afundou a nossa economia; patrocinou o maior escândalo de corrupção já visto na história do País e quebrou a

maior empresa pública brasileira, a Petrobras, empresa que V.Ex^a tanto conhece!

A missão é árdua, pois sabe-se ser muito difícil o futuro! Mas temos de ter a confiança e a esperança!

O presidente interino Michel Temer demonstrou a sua capacidade ao escolher uma equipe econômica reverenciada por todos aqueles que conhecem economia em nosso País. O ministro da Fazenda Henrique Meirelles indicou Ilan Goldfajn para presidente do Banco Central. O Sr. Ilan Goldfajn foi, inclusive, elogiado publicamente como diretor do Banco Central e, agora, assume o cargo de presidente do Banco Central.

A presidente do BNDES, Maria Sílvia, veio aqui e deixou a sua posição muito clara, qual seja, a de que o papel do BNDES é fomentar a economia brasileira. Tais posições são diferentes das posições dos que estavam lá e preferiam fomentar a economia da Venezuela e de países africanos.

Quem precisa de emprego é o povo brasileiro! E o governo do PT deixou 11 milhões de desempregados em nosso País. Esta é a realidade, deputado Rosemberg!

Então teremos a oportunidade, agora, de mostrar, com seriedade e com transparência, as mudanças a serem promovidas como tem demonstrado o presidente Michel Temer.

Por outro lado, o governo Temer mantém, inclusive, o diretor da Polícia Federal para garantir a todos que as investigações da Operação Lava Jato serão mantidas, porque é isso o que a população brasileira espera do atual presidente da República! Para provar isso, criou-se, agora, o Ministério da Fiscalização Controle e Transparência com o objetivo de dar mais transparência aos atos do Poder Executivo!

Por isso, tenho a convicção de que nós, PMDB e os partidos aliados componentes desta coligação, daremos as respostas que a sociedade brasileira precisa!

Só para concluir, Sr. Presidente, não poderia deixar de me associar aos agentes penitenciários. Estivemos, hoje aqui, com o secretário Nestor Duarte e o mesmo nos disse e nos garantiu que os quatrocentos e poucos agentes penitenciários serão, dentro dos próximos 15 dias, nomeados, pois é um direito legítimo, (palmas) porque essas pessoas estudaram, trabalharam e lutaram para que isso acontecesse. (Palmas)

Só para concluir, Sr. Presidente!

Não vamos nos calar! Continuaremos, aqui, atentos para que não só os 400 mas também os excedentes (palmas) sejam chamados, porque é um crime o que está acontecendo! Os excedentes, também, estudaram, se especializaram e estarão fora em detrimento dos terceirizados que estão aí sem ter estudado e sem ter trabalhado para estar na situação em que se encontram.

(As Galerias Paulo Jackson manifestam-se efusivamente.)

Continuem contando conosco! (Palmas) Continuem contando com a Bancada da Oposição! (Palmas) Esta é uma luta que não iremos parar até que seja feita a

justiça! (Palmas) Não pararemos até que todos os agentes penitenciários, tanto eles, que são os 490, quanto os excedentes, sejam nomeados pelo governo do Estado. (Palmas)

(As Galerias Paulo Jackson manifestam-se efusivamente.)

Muito obrigado, Sr. Presidente! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Tom Araújo pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. TOM ARAÚJO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, funcionários desta Casa, o que me traz a esta tribuna, mais uma vez, não somente durante este mandato mas desde o meu primeiro mandato quando assumi em 2010, são as cobranças que venho fazendo, aqui, em relação às estradas da microrregião do Sisal.

Durante o último final de semana, estive em Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité, Barrocas e Retirolândia. E, lá, pude perceber que as pessoas nos encontram e precisam de uma resposta com relação às más condições dessas rodovias.

Nós somos deputados de oposição e somos cobrados muitas vezes por causa das necessidades do povo. E a população espera uma resposta positiva, qual seja, a resposta para a solução do problema, independentemente de quem esteja à sua frente. Por ser político, as pessoas esperam e acham que qualquer político pode dar a solução.

Mas nós já colocamos, aqui, por diversas vezes, o problema da estrada BA-409 em péssimas condições. Esta estrada liga a cidade de Conceição do Coité à cidade de Serrinha. Há um ano, morreram duas pessoas de Conceição do Coité. Um dessas pessoas era um jovem comerciante, com a vida promissora, aos 35 ou 36 anos de idade. Tal evento revoltou a população inteira, melhor, revoltou a região inteira!

À época, o governador deu uma resposta, porque o governo municipal é aliado do governo estadual. A prefeitura de Coité é do PT. O prefeito de Serrinha é do PT. O prefeito da cidade de Valente, também, é do PT. Então todos os prefeitos reuniram-se e vieram ao governador e o então governador, mais uma vez, prometeu: “Olha, nós garantimos que a solução da estrada chegará em breve.”

No entanto, mais famílias estão perdendo os seus entes queridos. Pais de famílias estão deixando os seus filhos, porque não há condições de se trafegar pela estrada e, por outro lado, não há segurança nenhuma.

A estrada entre Riachão do Jacuípe e Conceição do Coité é de 30 quilômetros. Ou seja, para se chegar à região, não há um bom acesso por nenhum dos lados. Tiraram, praticamente, todo o asfalto da BA-120, no trecho de Riachão do Jacuípe a Conceição do Coité. Chegaram lá com as máquinas prometendo a recuperação; as

peças ficaram na maior felicidade do mundo, achando que a solução havia chegado, batendo à nossa porta.

Não! As máquinas chegaram, retiraram uma parte do asfalto e deixaram lá. Provavelmente porque esse governo não tem prioridade. Diz que não tem recursos financeiros para fazer estradas, colocando a culpa no fato de ainda não ter conseguido a liberação de um empréstimo de R\$ 200 milhões. Chega a dizer: “Quando chegar o dinheiro do empréstimo, resolveremos toda a malha rodoviária do nosso Estado”.

Pergunto-me: será que não é pela falta de prioridade desse governo? Será que não é essa falta de prioridade que impede que o governo do Estado faça os investimentos necessários para melhorar a vida das pessoas?

Ouçó, por diversas vezes, vários deputados subirem a esta tribuna para fazer a defesa desse governo. Não tenho a receita para saber por que a população chega a aprovar esse governo. Sabemos disso porque conversamos com as pessoas, mas também sabemos que a máquina administrativa do Estado é extremamente pesada.

Ouvi atentamente o deputado Leur Lomanto falando da expectativa com o novo governo federal. A expectativa dos brasileiros é que a nossa vida melhore. O primeiro ato do presidente Michel Temer foi enxugar a máquina administrativa. Não tenho dúvida nenhuma de que um homem de 75 anos de idade, que chegou à Presidência da República agora, e não foi através de golpe, porque tudo o que aconteceu em Brasília foi legítimo...

É fácil o PT dizer que aconteceu um golpe muito grande, que retiraram a presidente à força. Ora, quem construiu a saída foi o próprio PT. O Supremo Tribunal Federal legitimou o que aconteceu em Brasília. Nós sabemos que a corrupção foi deslavada no nosso País, no nosso Brasil.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que estaremos atentos a todas as situações, para que o governo possa diminuir sua máquina, aumentar os investimentos e melhorar a vida das pessoas.

A Região do Sisal, a Bacia do Jacuípe, necessita urgentemente da atenção desse governo, que foi tão bem votado lá, mas o reconhecimento a esse voto é muito pouco.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará por todo o tempo a deputada Fabíola Mansur.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, aproveitando a presença da deputada Fátima Nunes, quero ratificar a nossa solidariedade a essa grande deputada,

nossa irmã que na semana passada perdeu sua neta num trágico acidente de carro, que também vitimou outras duas pessoas.

Deputada Fátima Nunes, saiba que a senhora esteve presente conosco. Todos estávamos com nossos corações solidários. Desejamos força a sua família e aos parentes das outras vítimas.

Num segundo momento, quero fazer um elogio ao governador Rui Costa e ao secretário de Cultura, Jorge Portugal, que no último final de semana, sexta, sábado e domingo, devolveram à cidade de Salvador um grande equipamento cultural, que é a Concha Acústica, que tem capacidade para 5 mil pessoas e conta com grande passarela técnica, sistema de som, com todos os camarins reformados e acessibilidade. Realmente, num País que pretende ser inclusivo, num Estado que tem a cultura como o principal ponto de geração de renda, de referência, a retomada da Concha foi extremamente importante.

Nós criticamos aqui a extinção do Ministério da Cultura, porque assim deixa de ser priorizada a verdadeira identidade do Brasil. O nosso País, que pretende ser criativo, não deveria jamais extinguir o Ministério da Cultura. Esperamos que o presidente em exercício reveja essa política. Não adianta Secretaria Nacional, temos de priorizar o Ministério da Cultura, com a sua retomada.

Como defendo a cultura, quero também elogiar a abertura, nos Fortes de Santa Maria e São Diogo, de dois espaços importantíssimos: o Carybé das Artes e o Pierre Verger da Fotografia. Neste último, poderemos apreciar todos os talentos dos grandes fotógrafos baianos.

Mesmo com o subfinanciamento da cultura, vemos importantes iniciativas, como essa do governo do Estado com a retomada da Concha Acústica com brilhantes shows de Maria Bethânia, dos Novos Baianos, na sua formação original. Estava lotada de gente de todas as idades. Havia pessoas da nossa geração e também muitos jovens, presidente Sidelvan, que não eram nascidos no início da carreira de Bethânia nem da formação original dos Novos Baianos, mas, pelo vácuo de novos talentos em que vivemos, têm como seus ídolos esses ícones da música baiana.

No discurso que fiz anteriormente, Sr. Presidente, não pude fazer a saudação e pedir para incluir nos Anais desta Casa um texto do jornalista Florisvaldo Matos, que de forma emocionante se despede do grande amigo, o nosso grande artista plástico Sante Scaldaferri, falecido ontem. Quero registrar e pedir a inclusão nos Anais desta Casa do artigo *Luto nos céus da grande arte baiana*.

Voltando à questão do subfinanciamento da Cultura e da Saúde, vemos... O deputado Alex da Piatã, que me antecedeu, já fez os seus elogios à possibilidade de termos ações na Saúde, mesmo em face do subfinanciamento. Quero, como presidente da Comissão da Mulher, dizer da nossa felicidade pelo lançamento de dois equipamentos em menos de uma semana.

Um, foi a ordem de serviço do Hospital Estadual da Mulher, que terá 137 leitos, 10 salas de cirurgia e servirá não somente para assistência médico-hospitalar. E

também o Centro de Referência de Ensino e Pesquisa de Reprodução Humana, que tratará de duas grandes patologias da mulher: cirurgias de cânceres de mama e de colo de útero. E também realizará cirurgias eletivas, pois, na ausência de políticas públicas, fica um gargalo, um vácuo. Teremos lá a possibilidade de realizar estereoscopias e histerectomias.

Falando da segurança, solidarizo-me com os agentes penitenciários. Quero dizer que quando aqui estiveram, juntos com os policiais civis, pedindo o chamamento dos concursados de 2013, a Bancada de deputados da base do governo esteve com o governador pressionando para o chamamento daqueles que eram 600, e foram chamados 639.

Quero elogiar a Bancada de Oposição, mas quero dizer também que a Bancada de deputados, e aqui tem vários que torcem para esse chamamento, articula com o governador para esse chamamento, porque entendemos que a segurança pública ou a melhoria da segurança pública passa pela valorização dos profissionais, dos agentes penitenciários, do chamamento de um concurso que foi lei. O chamamento é mais do que uma obrigação do governo e, certamente, cada um da sua forma saberá articular e defender esse chamamento.

Assim como temos de reconhecer também o esforço feito para novas viaturas que foram entregues pelo governador, e também as emendas. Não tenham dúvida, há um subfinanciamento, há uma crise que não pode penalizar agentes penitenciários concursados que dever ser chamados. São duas coisas diferentes. E é preciso também essa valorização, porque aqui tem pessoas que acreditam. Como conseguimos sensibilizar o governador Rui Costa para o chamamento dos policiais civis, e ele, quando demandado, nos disse que dependia da Procuradoria geral, acho que vamos começar a dialogar novamente.

O governador tem sido extremamente republicano, deputado Euclides Fernandes. Estivemos, na segunda-feira passada, na entrega de algumas emendas parlamentares de deputados, e lá havia deputados da Oposição que receberam emendas, o deputado Carlos Geilson, o próprio deputado Tom Araújo, tinha um ônibus do deputado Targino Machado, enfim, eu própria fiquei muito feliz com o ônibus escolar para transportar estudantes da zona rural do município de Belmonte, a quem saúdo saudando a prefeita Alice.

Temos tentando defender a Bahia, e os interesses da Bahia tem de estar acima de qualquer interesse menor ou dos nossos debates de coloração partidária. Defender a Bahia é defender também o funcionalismo público, os agentes, os concursados, as pessoas, os serviços que o Estado oferece. Por isso ficamos felizes quando, mesmo num momento de crise, conseguimos dar alguns passos.

Já foi dito aqui, o Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tem um PIB de 90 bilhões - que é o dobro, quando temos 40 bilhões - tem dificuldade de pagar salários, atrasou os aposentados e pensionistas, e nós fazemos esse esforço.

Mas podem ter certeza, todos aqueles deputados que aqui integram a base do

governador, nós envidaremos esforços para garantir os direitos das pessoas. O maior patrimônio da Bahia são as estradas, são os hospitais, as conchas acústicas, mas sobretudo são as pessoas. É por elas e para defender o direito dessas pessoas que nós estamos aqui. Então, quero saudá-los e dizer que podem também contar com o mandato desta deputada que, de forma bem clara estará se somando às frentes para o chamamento dos agentes penitenciários concursados em 2014.

Continuando, deputado que me antecedeu, é verdade, as estradas da nossa Bahia encontram-se num estado ruim, devemos reconhecer, em função das chuvas, em função do desgaste, em função de talvez ausência de financiamento para manutenção. No entanto, aprovamos aqui um fundo para exatamente fazer vez não só à recuperação de pavimentação dos principais corredores. Inclusive quero saudar o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, que já está fazendo as medições devidas para aqueles principais corredores efetivamente, deputado Ângela Sousa, serem recuperados. Isso angustia a todos nós, de todos os municípios, mas, sobretudo, angustia o povo que anda nessas estradas, as pessoas que precisam do comércio, e encontram as estradas em situação deplorável.

Quero dizer que o secretário, falando do meu município de Cachoeira, tivemos a grata satisfação da visita do governador. Com o prefeito Carlos, que tem feito uma eficiente gestão, vamos conseguir, efetivamente, a recuperação da 511 e da 502, ambas ligando os distritos de Belém e de Capoeiruçu à 101 no município que é histórico no nosso Recôncavo.

Então, quero dizer que ficamos felizes, porque com esse empréstimo e com um bom planejamento, o qual já está sendo feito na Secretaria de Infraestrutura, estaremos recuperando estradas da nossa Bahia. Fiquei muito feliz – fui recebida, ontem, pelo secretário Marcos e pelo prefeito Carlos de, no município de Cachoeira, um município histórico, finalmente estarmos numa fase de recuperação. Esperamos que no dia 25/05, dia em que Cachoeira será sede da Bahia, possamos dar essa boa notícia.

Quero parabenizar o trabalho do prefeito Carlos, que tem frequentado os gabinetes de todos os secretários com essa deputada em defesa dos interesses do povo cachoeirano.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Obrigado, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Herzem Gusmão:- Sr. Presidente, falarei pelo tempo de 6 minutos e o deputado Hildécio Meireles falará pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sidelvan Nóbrega):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da imprensa, agentes penitenciários, concursados, (palmas) estamos acompanhando, no Brasil, uma das grandes preocupações do povo brasileiro, talvez a maior hoje, em relação ao desemprego. São 11 milhões de desempregados no Brasil.

Quero fazer um convite aos deputados, a todos os colegas desta Casa. Amanhã acontecerá, na Comissão Especial de Desenvolvimento Regional, uma audiência pública. Convidamos a Asdab – Associação dos Distribuidores e Atacadistas da Bahia. Amanhã, o tributarista da Asdab, Dr. Pedro Eduardo, vai provar ao governo do Estado, fazendo um apelo, que a redução do ICMS no setor atacadista vai propiciar ao governo mais arrecadação. Esses mercadinhos dos bairros periféricos da capital baiana; esses mercados de todas as cidades da Bahia, seja ela uma cidade de porte pequeno médio ou grande, agonizam! Meu caro colega deputado, Hildécio Meireles, esse setor gera na Bahia – só na Bahia – 500 mil empregos, meio milhão de empregos! Eles estão ameaçados.

Nós temos, aqui, um exemplo fácil, uma conta fácil, e, amanhã, os tributaristas da Asdab, principalmente o Dr. Pedro, irão fazer uma explanação. Será um convencimento aos técnicos do governo do Estado de que é possível reduzir o ICMS desse setor para o governo da Bahia arrecadar mais.

Temos, aqui, um ou vários exemplos: o Maranhão tem uma população de 6,8 milhões de pessoas, e o faturamento desse setor atacadista é de R\$ 3,3 bilhões. Pernambuco, que tem uma população que não chega a 10 milhões – são 9,2 milhões de pessoas –, tem o faturamento de R\$ 3 milhões. A Paraíba tem 900 mil habitantes a mais do que Salvador – todo o Estado –, no entanto o seu faturamento é de R\$ 1,9 bilhões. A Bahia, que possui 15 milhões de habitantes, elevou recentemente a cota do ICMS de maneira equivocada, para arrecadar mais. E nesse setor a Bahia arrecada menos, arrecada apenas R\$ 1 bilhão e 700 milhões, com 15 milhões de habitantes.

O que o setor deseja? Eles estão dispostos a debater amanhã. Daí a importância dos colegas deputados comparecerem.

Repito, esse setor gera 500 mil empregos na Bahia. Esses mercadinhos nos 4 cantos do Estado agonizam, pedem socorro.

Amanhã, a tese é a redução da base de cálculo para itens em regime de substituição tributária para o setor atacadista, retirar restrições do incentivo nas operações com mercadorias submetidas ao regime de substituição tributária. Desejam também a redução da base de cálculo para o ICMS da antecipação tributária devida pelos atacadistas baianos quando da aquisição das mercadorias que comercializam. Isso será um alívio para o setor e representará mais arrecadação para o Estado da Bahia.

Concluindo, Sr. Presidente, a Embasa decretou ontem mais um racionamento de

água em Vitória da Conquista. Conquista é uma cidade com 350 mil habitantes. E temos água, muita água.

O saudoso Pedral Sampaio já dizia que temos água, mas não temos as vasilhas. O PT prometeu duas grandes vasilhas para Vitória da Conquista, duas grandes barragens. A barragem do rio Catolé, com orçamento de R\$ 140 milhões, licitação deserta. E antes de pagarem a promessa, prometeram mais uma, sempre em época de eleição, a do rio Pardo. Não atenderam à primeira barragem em Barra do Choça, mas já prometeram a segunda barragem, no rio Pardo.

E Vitória da Conquista, hoje, tem como prioridade, dentre as prioridades, a maior necessidade: água.

Esperamos que o governo cumpra a promessa e mande publicar imediatamente uma licitação, para resolver o problema angustiante da 3ª maior cidade da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, atento aos pronunciamentos de alguns deputados nesta tarde: Luiza Maia, Rosemberg Pinto, Joseildo Ramos, vejo que precisamos nos acostumar a ouvir alguns pronunciamentos com cheiro de mofo, de naftalina, retirados dos arquivos da época da ditadura.

O Partido dos Trabalhadores quer se apropriar, também, da redemocratização do País, que foi um feito do MDB, hoje PMDB, na figura do saudoso Ulisses Guimarães, do também saudoso Tancredo Neves, de Miguel Arraes, do nosso Waldir Pires, daqui, da Bahia. Até disso o PT quer se apropriar, como se todas as coisas boas que ocorreram neste País tivessem sido ações do Partido dos Trabalhadores. Mas não quero, toda vez que subir a esta tribuna, gastar meu tempo com essas respostas.

Quero conclamar a nobre deputada Luiza Maia e todos os deputados desta Casa para que tomemos alguma atitude em relação às nossas duas tarefas principais: legislar e fiscalizar os atos do Poder Executivo.

No que diz respeito a legislar, na semana passada fiz, em uma questão de ordem, uma cobrança ao presidente da Casa. Aliás, diria até que indevida, porque o presidente nos provou que já havia feito contato pessoal com o governador, como também por escrito, solicitando que o governador devolva a esta Casa os projetos de lei de iniciativa dos Srs. Deputados, que foram aqui aprovados e foram para lá e não foram sancionados nem devolvidos, para que o presidente da Casa faça a sua promulgação ou então o governador vete.

E nessa situação há deputados do Governo e deputados também da Oposição.

Os projetos de lei que, realmente, levam algum benefício para a sociedade baiana e se for de iniciativa de deputado não surte efeito, porque o governador não está cumprindo, na forma constitucional, a sua prerrogativa de vetar ou sancionar.

Portanto, eu queria chamar a atenção dos Srs. Deputados, porque aqui temos projetos de lei de iniciativa do deputado Adolfo Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivo de segurança em veículos de transporte coletivo; aqui tem projeto de lei do deputado Ângelo Coronel; do deputado Euclides Fernandes; do deputado Targino Machado; da deputada Luiza Maia, que dispõe sobre a obrigatoriedade da comunicação de nascimentos sem identificação de paternidade e Defensoria Pública, e o governador até hoje não deu notícia.

Temos projeto do deputado Marquinho Viana; do deputado Sandro Régis; do deputado Eduardo Salles; do deputado Fábio Souto; da deputada Ângela Sousa, que dispõe sobre a venda de sinalizadores de emergência no âmbito do Estado da Bahia e dá outras providências. Temos projeto de lei aprovado do deputado Fabrício Falcão; do deputado Nelson Leal e também aprovado pela Casa e o governador não sanciona nem devolve. Está lá na gaveta. Portanto, há, dessa forma, deputado Nelson Leal, um desrespeito a uma das nossas funções prementes que é legislar.

Eu também não poderia deixar de observar aqui neste momento, Sr^{as} Deputadas e Srs Deputados, a inteligência da decisão do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, quando determinou que o governo do Estado do Piauí nomeasse os professores aprovados em concurso e que estivessem fora do número de vagas estabelecidas em edital, proibindo que o Estado fizesse terceirização. Até porque, pelos cálculos que fizemos aqui na semana passada, quando o Estado faz nomeação direta, economiza mais de 30% quando contrata terceirizado.

Portanto, nasce aqui uma esperança; nasce aqui uma expectativa para que o Estado da Bahia também seja inteligente, gaste menos, não terceirizando mão de obra, nomeando os agentes penitenciários que estão aí (palmas) aguardando por esse momento para poder dar a sua contribuição, prestar o seu serviço à sociedade baiana.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou líder do PSD para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos. (Pausa) Não há orador.

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Prisco por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado Prisco, por todo o tempo.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Boa-tarde, meu presidente; boa tarde a todos os deputados aqui presentes, aos concursados do serviço penitenciário do Estado da Bahia, Sr. Presidente, eu estava aqui observando as falas dos nobres companheiros que me antecederam e traçando aqui um quadro real da segurança pública na Bahia.

Eu vi a deputada subir aqui e falar que o governador entregou viaturas, está nomeando os concursados da Polícia Civil, com todo o esforço do mundo, com todas as dívidas que o Estado tem, que vai nomear uma parte dos agentes penitenciários, que está fazendo uma melhoria.

Para mim, é pura enganação, pura bravata política. Não vemos seriedade do governo em realmente resolver o problema na Segurança Pública. Estamos vendo manifestações, inclusive do Sindicato dos Delegados, colocando que 2.552 pessoas já foram assassinadas na Bahia até maio de 2016 – só este ano! Uma média de quase 50 assassinatos por dia na Bahia. Qual a providência que o governo toma? A mesma providência que governos anteriores tomaram: entrega 100, 150 viaturas... Ciente de que o Estado tem 33 mil homens em todo efetivo, 417 municípios, 118 viaturas vai dar para quê? Nem uma viatura praticamente chegou ao interior da Bahia. Na maioria das cidades, as viaturas estão sucateadas com mais de oito anos de uso. E aí o Estado vai, pega um pouquinho de viatura, entrega lá, e acha que está tudo satisfeito. Não renovou o contrato, as viaturas estão sucateadas. Estamos vendo cenas de policiais empurrando viaturas no meio das ruas, todos os dias, com uma certa frequência.

Estive hoje pela manhã no complexo penitenciário da Mata Escura, onde vi, mais uma vez, policiais saindo para escolta de presos, sem viatura escoltando a própria viatura que sairia para escolta da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. E a lei prevê que toda viatura tem que ser escoltada.

Esse final de semana, por exemplo, estivemos na cidade de Itabuna, e, no caminho, vimos uma viatura da PM quebrada, uma viatura da Secretaria da Justiça e Direitos Humanos com preso e quatro policiais dentro, quebrada no meio da estrada! Um vexame para aqueles policiais como também a insegurança que os servidores penitenciários passavam naquele momento – o preso ali pronto para ser tomado e as vidas dos policiais, ceifadas. Essa é a preocupação que esse governo tem?

O governo, simplesmente, cancelou... A Conder não discute com a categoria, não discute com o servidor público. Houve uma suspensão total do financiamento de imóveis. Não dialoga com a categoria, mas fala que está preocupado com os servidores da Segurança Pública! O governo diz que vai convocar 490 servidores penitenciários, mas tem dinheiro para contratar pelo Reda, terceirizados, privatização...

Estava aqui lendo um material que me foi passado: a própria decisão do STJ e STF reafirma o direito do concursado à nomeação. Mas como o governo da Bahia simplesmente zomba do Poder Judiciário, principalmente na Bahia... Está aqui um exemplo vivo: já ganhei nove vezes na Justiça para ser reintegrado, e o governo da Bahia simplesmente não cumpre, não tem data e zomba do Poder Judiciário baiano. A última decisão, inclusive, do Supremo Tribunal Federal, pediu a execução, o

desembargador José Rotterdam deu 30 dias ao Estado. Já tem 60, e o Estado simplesmente não cumpre decisão judicial!

Então, esse é o PT que, infelizmente, se apodera, quer aparelhar o Estado, e vem falar em democracia! Tempos atrás, um acampamento como esse aqui do lado, vocês (Referindo-se aos concursados nas galerias) teriam muitos deputados do PT mobilizados com vocês, passando chuva, tomando sol... (Palmas nas galerias.) Mas, hoje, isso aí do lado é ignorado: passa carro, entra carro, eles saem, voltam... O governo passa aí todo dia, mas não nota. E diz que é sindicalista, que está preocupado com o trabalhador, preocupado com vocês. Ele está vendo a dor de vocês, que estão com pais e mães de família aí dentro, suas filhas estão distantes, e eles não estão nem ligando para isso!

Pensem no passado. O que aconteceu? Nós estamos vivendo o passado no presente, agora. O governo Temer, ao assumir o governo federal, já estamos vendo os movimentos sindicais em nível nacional voltar de novo a trabalhar, voltar a querer ser sindicato. Agora vão pegar os 11 milhões de desempregados e irão para as ruas fazer manifestação em nome disso. Antes, estavam simplesmente todos eles congelados, no bolso, caladinhos! E agora? Vemos não só vocês, como os policiais civis, e o governo mais uma vez, manda nomear e de novo apresentar documentos, exames médicos, tudo que já havia sido feito, só para protelar, jogar para frente. Já estavam prontos para serem convocados e executar suas funções...

Esse é o governo que faz bravata política e só enganação com a população da Bahia: homicídio crescendo, roubos a bancos, carros, sequestros, fuga em presídio nem se fala mais, virou uma rotina a todo instante. Sete presídios novos sem serem inaugurados, porque simplesmente alega que não tem pessoal. E o pessoal está concursado, mas não convocado pelo governo.

Esse é o governo que vocês querem conhecer, que abandonaram vocês, que dizem que vocês são trabalhadores, mas que passa por aí e nem nota que há um pai ou uma mãe de família numa barraca, tomando chuva e se molhando. (Palmas)

Queria ver se fosse outro governo! Hoje eles estariam aqui, não estariam ali.

Mas temos coerência ideológica. Mesmo estando aqui ou lá, onde estiverem, vocês verão que a nossa luta vai ocorrer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)(Não foi revisto pelo orador.) ,

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT para falar ou indicar orador, pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falará, por apenas 6 minutos, a deputada Luiza Maia.

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores nas Galerias, tenho três assuntos para tratar aqui, mas o deputado Hildécio Meireles me fez antecipar uma das coisas de que eu queria falar.

Não sei se ele está presente aqui, mas quero dizer ao deputado Hildécio que tenho concordância em parte com a fala dele, mas com outra, não. Acho que discutir, hoje, o papel do Legislativo não é uma questão só da Assembleia Legislativa da Bahia, é um problema do nosso Brasil.

Acho que o nosso Poder, isso como resquício da ditadura militar, ficou um Poder menor. Poder que não tem direito ou que não pode legislar para ordenar despesa, criar gastos para o Estado, realmente, ou tem muita criatividade ou fica aqui fazendo discursos e algumas coisas que não têm muito sentido.

Então, acho que nós precisamos abrir a discussão sobre o resgate do respeito ao Poder Legislativo, mas não responsabilizando nosso governo do Estado ou o nosso Estado por essa questão. Nisso tenho concordância com ele: acho que precisamos, realmente. Mas isso vai passar por uma reforma política para se rever o papel do Poder Legislativo, que deveria ser o primeiro Poder, mas que é um Poder menor.

Se não temos verbas e não temos o direito de apresentar algum projeto, ficamos aqui homologando os projetos que vêm do Executivo. Se fizer um levantamento da produção legislativa, de qualquer Poder Legislativo, vai ver que os grandes legisladores são os Executivos. E, para mim, isso é uma distorção da nossa democracia e da nossa divisão dos três poderes.

Sobre os projetos dos quais o deputado falou que o governador não sancionou, eu acho que se houve algum problema com a Casa Civil que ela mande para cá. Há outra forma: a Presidência desta Casa promulga e está resolvida a questão.

Queria, também, Sr. Presidente, registrar que na semana passada – foi na sexta-feira, quando não há sessão – aconteceu o 13 de maio, uma data que o Movimento Negro não reconhece, porque foi uma lei sancionada pela nossa princesa e que, de forma muito equivocada, beneficiou aos donos de escravos, aos fazendeiros e jogou os nossos negros, vindos da África para serem escravizados... Jogou por aí, e se vire, vá vender qualquer coisa, vá se prostituir, vá fazer o que quiser. Os brancos tiveram terras, vantagens, dinheiro e tudo o que era possível ser feito, mas com os negros, não.

Então, acho que este País ainda tem uma dívida com a comunidade negra. O nosso Estado é o mais negro fora do continente africano, e precisamos colocar em nossa pauta... Porque essa história de dizer que existe democracia racial é uma forma de negar o racismo, e negando o racismo não precisa combatê-lo.

Então, acho que é, realmente, um momento de se fazer uma reflexão. O Movimento Negro, inclusive, está muito preocupado com o governo golpista. Vimos alguns peemedebistas virem aqui para dizer que não é golpe, mas é golpe.

Recebi agora um comunicado do Coletivo de Entidades Negras. Por

discordarem do governo Temer, que não tem legitimidade, todos os conselheiros renunciaram aos seus cargos, numa demonstração de que não respeitam, que não reconhecem esse governo usurpador, que assaltou o poder através de um golpe, um golpe midiático, um golpe jurídico, um golpe parlamentar, porque ele não foi eleito para ser presidente. O PMDB sabia que nunca chegaria à presidência deste País, a não ser através de um golpe, e deram o golpe, e sabemos que não tem motivo para o golpe. E acredito, inclusive, que com a movimentação, toda a insatisfação que está hoje no Brasil, 92% dos brasileiros não concordam com esse presidente que está aí, com o golpista que está aí. Isso aí são as pesquisas dos próprios institutos apoiados por eles que dizem diariamente. Então, se ninguém concorda com ele, ele vai ter que cair, ele não tem legitimidade.

E estamos vendo aí a sua pauta, não a pauta dele, mas a pauta do PSDB, que é uma pauta dos neoliberais que comandaram esse Brasil até 2002, e vimos como era o nosso país. Nós éramos o país mais desigual do mundo, e quem esqueceu é bom lembrar. Peguem a história do Brasil e vamos reler, porque o que se fez nesse Brasil não é justo.

A partir de 2003, começou-se a pensar no crescimento e no desenvolvimento do Brasil, incluindo aqueles que não tinham nem o que comer durante o dia, que foi o propósito do presidente Lula, mas que estava incomodando demais essa elite branca, macho e rica que está hoje comandando lá o governo do Temer, que vimos aí o desprezo, o descaso pelas mulheres, pelos negros, pelos jovens, pela comunidade LGBT, um governo, realmente, racista, machista, misógino, que não quer dar importância nenhuma aos grupos que nunca tiveram oportunidade.

Por isso acho que é um momento preocupante. Precisamos ver que essa história de redução do Estado é uma forma que eles têm de olhar só para o mercado. Querem reduzir o Estado, cortar, excluir o Ministério da Cultura e a estamos vendo aí o País inteiro se levantando contra isso. Não é justo um país que não tem uma cultura, não tem como transmitir ou assegurar a sua história.

Por isso eu queria deixar aqui registrado a minha indignação, o meu repúdio com esse governo golpista, machista, misógino, racista, que assaltou o poder no Brasil, mas que nesses 180 dias eu tenho certeza que vamos derrubá-lo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vamos votar.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Existe aqui a dispensa de formalidades do projeto do Poder Judiciário que leva o número 21.716/2015.

(Lê) *“Ao cumprimentar Vossa Excelência, sirvo-me do presente para encaminhar os ajustes de redação ao projeto de Lei nº 21.716/2015, já encaminhada a esta nobre Assembleia Legislativa, para a sua apreciação e aprovação.*

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração”.

O projeto trata de gratificação em caso de exercício cumulativo de cargo ou funções jurisdicionais, na mesma, Juízo ou Câmara, no valor de 10% (dez por cento) do montante do respectivo subsídio; abono de férias e gratificação de férias.

O Poder Judiciário nos solicitou a aprovação desse projeto alegando que é simetria com o Ministério Público.

Tem a dispensa de formalidades do deputado Sandro Régis e do deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Nelson Leal.

O Sr. NELSON LEAL:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é com muito prazer que eu começo aqui a relatar o parecer (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.716/2016, de autoria do Poder Judiciário, o qual dispõe sobre a simetria dos direitos e vantagens entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público.*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, a Exm^a Sr^a Presidente do Tribunal de Justiça, projeto de lei propondo o estabelecimento da simetria dos direitos e vantagens entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

Trata-se de matéria que encontra pleno amparo na Constituição Federal, a qual assegura a equiparação de direitos e vantagens entre os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, cabendo aqui louvar a iniciativa da nobre Presidente do TJ em respeito aos direitos e prerrogativas dos membros do Judiciário Baiano.

Assim é que se propõe, no projeto, a aplicação à carreira da Magistratura a gratificação em caso de exercício cumulativo de cargo ou funções jurisdicionais, o abono de férias, a gratificação de férias no valor dos vencimentos e a licença-prêmio, nos moldes hoje concedidos aos membros do MP, correndo as respectivas despesas à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário e respeitado o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Trata-se, enfim, de proposição que se encontra inteiramente ajustada às disposições constitucionais e legais, a qual, não tendo recebido emendas, opino pela aprovação da forma originalmente apresentada pelo TJ, cabendo registrar que a sua

apreciação é possibilitada nesta Sessão em virtude de Acordo firmado entre as Lideranças da Maioria e da Minoria. Quero aqui aproveitar e cumprimentar os líderes Zé Neto e Sandro Régis para dispensa das formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 17 de maio de 2016”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Bobô:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo deputado Bobô.

O Sr. Bobô:- Sr. Presidente, eu queria ter um pouquinho mais de informação a respeito deste projeto, até porque me parece que a gente só vai dar um aumento razoável a desembargador. Eu acho que poderíamos entender, Sr. Presidente, que há uma discussão grande, aqui, inclusive, dos servidores do Judiciário, para que também possamos debater essa questão. Aliás, foi motivo de discussão na votação passada, na qual houve um desgaste enorme aqui por conta desta Casa, sobretudo dos deputados.

Então, eu queria também saber se esse projeto vai tramitar para que possamos beneficiar também os servidores do Judiciário, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, na realidade, é o seguinte. É para juízes e desembargadores. Não é aumento. Os outros poderes, inclusive, a própria Assembleia, não os deputados que não vendem férias, mas os funcionários vendem as férias, os 10 dias. Todos os funcionários da Assembleia têm o direito de vender os 10 dias de férias e o Ministério Público já tem. No Poder Executivo também já tem. Os desembargadores e juízes também querem ter esse direito de vender os 10 dias de férias.

O Sr. Bobô:- Sr. Presidente, eu entendo. Agora, eu queria saber se os servidores do Judiciário também terão esse benefício.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os servidores já têm, já possuem. Quer dizer, eu acho que já possuem.

O Sr. Bobô:- Seria interessante até saber, porque na discussão passada aqui, eles vieram reivindicar justamente isso, que nós cortamos com aquele projeto de lei. Então, ele não têm esse benefício. Seria interessante esta Casa verificar isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, deputado. O Poder Legislativo tem como norma aprovar os projetos oriundos do Poder Judiciário. Nós somos poderes independentes e harmônicos. Nós tivemos uma reunião com a Presidente do Tribunal de Justiça e vários desembargadores nos procuraram, e achei que eles tinham razão, porque o Ministério Público já tem. Geralmente, a simetria é do Poder Judiciário para o Ministério Público.

Nesse caso é o inverso. É do Ministério Público para o Judiciário. Como já

existe no Poder Judiciário, nós achamos justo. Agora, só podemos fazer quando o Poder Judiciário solicita...

O Sr. Bobô:- Existe uma dúvida. Até V.Ex^a acabou de dizer que não sabe se tem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu não sei.

O Sr. Bobô:- Então, vou pedir vista do processo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, não pode porque os Líderes dispensaram as formalidades. Os dois líderes assinaram as dispensas de formalidades.

O Sr. Bobô:- Então, acho que seria interessante e prudente para esta Casa ter certeza absoluta do que está votando, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, eu tenho certeza do que estamos votando. Agora acho que não posso responder se os funcionários têm. Agora, se V.Ex^a quiser votar contra é um direito que V.Ex^a tem. Infelizmente não pode pedir vista.

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, só para auxiliar o nobre deputado Bobô, o que o Judiciário pleiteou nesse projeto de lei é praticamente a simetria com o Ministério Público. Deputado Bobô, Sr. Presidente, o que é esse projeto? Quando o juiz tem duas comarcas, a exemplo do Ministério Público, ele não recebia mais por isso. Passa a receber igual ao Ministério Público. O que o Judiciário quer apenas é uma equiparação com o Ministério Público. O projeto é esse, é uma simetria de equiparação do Judiciário com o Ministério Público.

Então nós assinamos a dispensa de formalidade junto com a minha bancada, todos nós, falo por minha Bancada, discutimos com o Judiciário. Todos os nossos Líderes foram convocados para essa reunião e todos estão conscientes do que estamos votando. Quero dizer que achamos justa a reivindicação do Judiciário. Por isso assinamos a dispensa de formalidade. A minha Bancada tem consciência, como sempre, porque só vota quando tem acesso às informações.

O Sr. Nelson Leal:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bobô:- Sr. Presidente, só para concluir o raciocínio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Bobô:- Sr. Presidente, não estou questionando se é legal ou não. Eu não disse nem se sou contra ou não. Deputado Sandro Régis, não é sobre isso. A questão é se os servidores terão benefícios ou não. Essa é a questão, e de que maneira poderiam ter. Porque tiramos benefícios dos servidores do Judiciário. Inclusive votei a favor. É só essa a questão. Não sou contra nem a favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Acho que V.Ex^a tem todo o direito de

saber. Acho que o deputado Bobô tem suas razões, se o nobre relator puder responder melhor agora.

O Sr. Nelson Leal:- Sr. Presidente, esse projeto de lei nasce para corrigir um erro histórico. Quando foi criado o Ministério Público fez-se a simetria dos poderes. No decorrer dos últimos anos, uma série de vantagens foram retiradas da magistratura. Hoje existia uma longa diferença entre esses poderes. Hoje estamos fazendo esse ajuste muito justo. Já tínhamos avançado, ano passado, na PEC, porque ali já estava incluída a simetria. Por falta de recursos, não pôde ter sido aprovado no final do ano. Graças a uma série de medidas enérgicas que o Judiciário tem tomado para aumentar a sua economia, hoje, fica permitido realizar essa importante equiparação.

É importante dizer também, e colocamos no nosso relatório, que todas as despesas serão custeadas pelo orçamento do Judiciário baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou ler o projeto: (Lê) *“Art. 1º - Aplicam-se à carreira da Magistratura do Poder Judiciário da Bahia todos os direitos e vantagens estipulados em favor dos membros do Ministério Público da Bahia, dentre outros, os seguintes: gratificação em caso do exercício cumulativo do cargo de funções jurisdicionais na mesma ou em outro juízo ou comarca.”* Deputado Bobô, só para explicar que o item um não pode ser para servidor, porque só pode ser para juiz que acumula o cargo.

O segundo item é um abono de férias, previsto no Artigo 222, da lei complementar de 11/96. É um abono de férias que todo o servidor tem, inclusive o servidor da Assembleia Legislativa.

A gratificação de férias no valor do vencimento após um ano de exercício de carreira previsto no artigo 155, da lei complementar de 11/96. É uma simetria que eles falam com o Ministério Público, certo? Tudo bem?

Em votação no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relação do Trabalho, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle o parecer do nobre deputado Nelson Leal que leva o número 21.716/15. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa) Aprovado.

No plenário. Em votação, em primeiro turno, o projeto e lei 21.716/2015 de autoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. São dois turnos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.716/2015

Dispõe sobre a simetria dos direitos e vantagens entre as carreiras da Magistratura e do Ministério Público.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Aplicam-se à carreira da Magistratura do Poder Judiciário da Bahia todos os direitos e vantagens estipulados em favor dos membros do Ministério Público da Bahia, dentre outros, os seguintes:

I - gratificação em caso de exercício cumulativo de cargo ou funções jurisdicionais, na mesma, ou em outra, Juízo ou Câmara, no valor de 10% (dez por cento) do montante do respectivo subsídio, nos termos do art. 3º da Lei Ordinária Estadual nº 12.927/2013;

II - abono de férias, previsto no art. 220, § 3º, da Lei Complementar nº 75/93 e no art. 165, §3º da Lei Complementar nº 11/96;

III - gratificação de férias no valor dos vencimentos, após 1 (um) ano de exercício na carreira, prevista no art. 155, XII, da Lei Complementar nº 11/96;

IV - licença-prêmio, prevista no art. 181 da LC nº 11/96.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia, repetido o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em de de 2016.

RUI COSTA
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vou colocar aqui, deputado Sandro Régis, o pedido de urgência para votar o projeto de resolução que leva o nº 2.348/2015 (Lê): *“de autoria do deputado Bira Corôa, que dispõe sobre a adoção de medidas, por parte da Assembleia Legislativa da Bahia, objetivando o reconhecimento e regularização do uso do nome social para travestis, transexuais, mulheres e homens trans em situações de nomeação de servidoras(es) e acesso de visitantes às instalações físicas.”*

É só o pedido de urgência. O projeto vai ser votado na próxima semana.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE:- Questão de ordem do deputado Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Sr. Presidente, eu respeito V.Ex^a na condução dos trabalhos desta Casa, respeito todos os pares aqui presentes, mas, pelo amor de Deus, Sr. Presidente, isso está virando brincadeira. Nós vamos tratar de assunto aqui discriminação de pessoas para entrar? Quer dizer que sendo gay, sendo lésbica, vai ter aqui privilégios? Vai poder entrar de qualquer jeito? O que isso? Em que país nós estamos?

Nós temos uma Constituição Federal e todos os cidadãos estão embaixo dela como um guarda-chuva. É o cúmulo do absurdo a Bahia tentar modificar o rito, tentar modificar, inclusive, as estratégias de segurança de um Parlamento, simplesmente, porque um gay ou uma lésbica querem o privilégio, uma maneira de entrar. V.Ex^{as} que são heterossexuais estão posicionando os seus pescoços diante de gays e lésbicas. Do jeito que esses sindicalistas estão fazendo, nós não vamos andar, excelência. Isso é brincadeira.

O Agnaldo Timóteo sempre disse: “Sexo é coisa de quatro paredes.” Nós não temos nada a ver, quem quiser ser gay ou lésbica que vá ser. Agora, não podemos mudar um Parlamento, mudar um governo do Estado, mudar um Judiciário todo para atender a uma minoria que não tem freio. O que isso? Pelo amor de Deus!

Já se fala até em cassar o meu mandato nesta Casa por eu me colocar contra a questão de sexo nas escolas. Ainda há pouco, numa reunião que, hoje, tive com alguns militares, com algumas pessoas religiosas, discutimos sobre a homenagem ao ânus que eles estão espalhando no Brasil todo, imaginem que com o dinheiro público. É isso que essa gente quer. É isso que eles querem levar para as escolas: mulheres e homens nus, uns com os dedos nas traseiras dos outros. E nós vamos aceitar essa falta de vergonha aqui, presidente?

Pelo amor de Deus, eu quero pedir a V.Ex^a que faça uma reunião com as deputadas e deputados desta Casa. Vamos tratar desse assunto antes. Não podemos trazer para o plenário um absurdo desse, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Vamos honrar nossas famílias. Vamos honrar os nossos filhos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, isso não é questão de ordem. V.Ex^a já falou.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Presidente, eu respeito V.Ex^a. Sou um homem pacífico, mas, olha, é o tempo todo sendo esculhambado dessa tribuna, sendo xingado de agressor, tentando me jogar contra as mulheres da nação. Eu não tenho nada contra as mulheres, pelo contrário, eu as respeito. Agora mulher que sabe o que é. Mas a mulher que não sabe que hora é mulher nem que hora é homem, eu não tenho obrigação de obedecer a confusos, está certo?

Ainda esta semana o Sr. Jean Willys chegou aqui neste Estado, reuniu seus parceiros ou parceiras, não sei se são eles ou elas, a gente não sabe como lidar, e agora vamos transformar a Assembleia Legislativa em cabaré, Sr. Presidente? Isso aqui não é casa da luz vermelha, não, Sr. Presidente. Faço um apelo à Mesa Diretora que não permita isso. Duvido que o governador do Estado, que V.Ex^a vá transformar esta casa numa casa de prostituição. Essa semana tinha mulher ali metendo o dedo na outra, beijando outra, que façam lá, não podemos, Sr. Presidente, isso é que é ética. Aqui tem deputado de todo jeito e eu respeito. Não podemos permitir que gays e lésbicas, travestis, bissexuais invadam esta casa desrespeitando a todos.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, tenho o direito de falar, depois concederei a questão de ordem ao meu querido amigo.

Vou explicar. Deputado Sargento Isidório, recebi em meu gabinete um grupo do LGBT pedindo-me que votasse o projeto de resolução do deputado Bira Corôa. Não estou aqui comprometido com nenhuma votação. Comprometi-me com o direito de botar para votar aqui no plenário, só isso. Para não ter a assinatura do deputado Sandro Régis e do deputado Zé Neto, pedi para votar a urgência. Agora, cada deputado vai votar do jeito que quiser, eu tenho que cumprir o meu papel como presidente que é colocar em votação, só isso.

Questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro Presidente Marcelo Nilo, quero que V.Ex^a possa aclarar a esta Casa, possa esclarecer, possa dirimir todas as dúvidas, qual é a importância da urgência desse projeto para o Estado da Bahia. V.Ex^a precisa convencer-me que é necessário votar a urgência desse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, fui procurado por uns vinte desse grupo e tenho como perfil, todos os movimento que me procuram, dar seguimento as suas reivindicações, todos. Quando os empresários aqui me procuraram criamos a frente parlamentar da indústria, quando os negros me procuraram, criamos a comissão em defesa da igualdade racial. Estou apenas querendo votar o projeto, cada um vai votar fruto com a sua consciência.

O Sr. Carlos Geilson:- Mas, Sr. Presidente, ele pode ir à votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas eu achei urgente, deputado.

O Sr. Carlos Geilson:- Data vênua, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agora V.Ex^{as} querem tirar o meu direito de achar que o projeto é urgente, V.Ex^{as} não vão conseguir, achei urgente e é um direito meu colocar...

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a coloca para votar a urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Carlos Geilson, eu desafio aqui um deputado que eu tenha pedido para votar, só quero colocar em votação, acho

que é um direito. Tenho respeito por todos, os travestis também merecem respeito.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a pode botar para votar, só não conseguiu me convencer da necessidade da urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não estou querendo convencer ninguém da urgência, não, estou colocando em votação. É um direito do presidente colocar em votação, V.Ex^{as} é quem vão definir, têm o direito de votar.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o que está sendo colocado por parte, acho que a maioria deste plenário, é justamente qual é a urgência dessa votação. V.Ex^a insiste em colocá-lo para votar e os parlamentares chamam a atenção de V.Ex^a que não há a urgência para a votação desse tema, até porque precisamos aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^{as} vão decidir se é urgente ou não, não sou eu, não, estou apenas pedindo que V.Ex^{as} votem. Quero dizer aos deputados aqui que cada um vota fruto com a sua consciência, o plenário é soberano, tenho que ter consideração, deputado Adolfo, com as pessoas que me procuram. Eles me pediram que votasse o projeto do deputado Bira Corôa, só isso.

O Sr. Carlos Geilson:- Mas, Sr. Presidente, ele pode ter o trâmite, ele vai tramitar na Casa sem a necessidade...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, quando o Líder do governo ou o Líder da Minoria acha que o projeto merece urgência eles apresentam um requerimento...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu só estou apresentando o requerimento. Ora! Cada um vota do jeito que quer. Aqui, vocês são livres. Não estou pedindo voto a ninguém. V.Ex^{as}, inclusive, têm o direito de não aprovar o requerimento.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, a questão não é discutir o teor do projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele está na comissão, deputado, desde...

O Sr. Carlos Geilson:- Mas, Sr. Presidente, eu tenho um projeto aqui desde 2011 que até agora não foi analisado. Qual é a prioridade desse projeto em relação a outros?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu estou achando que é urgente. V.Ex^{as} votem...

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem da deputada Fabíola

Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Só para esclarecer, talvez a urgência... Hoje, dia 17, é Dia Mundial do Combate a Homofobia. Acho que o esclarecimento que...

O deputado me está interrompendo. Talvez seja necessário o Serviço Médico trazer um Rivotril ou outro tranquilizante venoso, porque...

Sr. Presidente, estamos com dificuldades...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos ouvir a deputada Fabíola.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Primeiro, eu estou defendendo a condução de V.Ex^a, como presidente, ao colocar o Requerimento de Regime de Urgência, pois não estamos discutindo o mérito do projeto do deputado Bira Corôa.

Mas quero elogiar a sua postura, em recebendo grupos LGBT no Dia Mundial de Combate à Homofobia, por colocar isso neste dia emblemático.

Quero dizer, também, que na Câmara Federal, em Brasília, existem projetos semelhantes, e, obviamente, lá se incluem muito mais pessoas do que aqui. Quero, aqui, defender esse pedido de urgência na data de hoje.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é apenas para colaborar com V.Ex^a e dizer que, regimentalmente, tanto a Bancada da Maioria quanto a da Minoria ou V.Ex^a, na Presidência, podem encaminhar aquilo que julguem ser urgente.

Quero apenas pedir aos colegas que aqueles que não concordem com esse projeto usem o direito de votar contra, mas que não polemizem com questões de ordem, para procedermos à votação. Caso seja o desejo da maioria desta Casa, podemos derrotar o encaminhamento da Presidência.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, contrapondo ao deputado Alex Lima, a Casa e o Plenário estão discutindo com V.Ex^a o critério de urgência do projeto, até porque, deputado Alex, ele não será votado, o que será votado é a urgência.

O que a Casa está discutindo com V.Ex^a é qual o critério de urgência para se votar esse projeto. É que se abre exceção para uns e não para outros.

Sr. Presidente, garanta a minha palavra por favor!

Esse projeto tem que ir para a Comissão de Constituição e Justiça. Além disso, a sua legalidade tem de ser discutida...

O Sr. Bira Corôa:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Sandro Régis:- Se o projeto for legal, traz-se prazo para o Plenário e vota-se. Mas não se pode, Sr. Presidente, votar um projeto sem que ele passe pela Comissão de Constituição e Justiça. E não existe um parecer desse projeto, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Bira Corôa, que é o autor da proposta.

O Sr. Alex Lima:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a questão de ordem. Vamos ouvir o deputado Bira, pois ele é o autor da proposta. Em seguida, passarei para V.Ex^a.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, o projeto é uma solicitação do movimento, atendendo ao que já tem sido regulamentado no Congresso Nacional, nos ministérios, no plano federal, e no Tribunal de Justiça, dentre outros órgãos.

Mas se a polêmica é para abrir o debate, para a discussão, eu aceito a retirada da urgência para discutirmos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Bira pede para retirar a urgência, já que ele é o autor da projeto.

V.Ex^a quer a questão de ordem, deputado Alex?

Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Era no intuito de que o pedido estava contra o que diz o Regimento da Casa em seu art. 180, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que ele diz.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Diz que não se admitirá a urgência para proposição que conceda favorecimento a pessoa física ou jurídica de direito privado.

Está aqui, de forma bem clara.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas não é para favorecer alguma pessoa física, não.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pessoa física.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pessoa física, não. É pessoa jurídica, LGBT.

Então, não pode haver urgência aqui para nada.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não. Está aqui, de forma clara. Não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Bira pediu para retirar. Eu vou retirar.

Aprovado em 1º turno, convoco uma sessão extraordinária para se votar em 2º

turno o Projeto de Lei nº 21.716/2015, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.